

APAV[®]



associação portuguesa de

Apoio à Vítima

Recortes de Imprensa

Novembro 2016



Apoio:

1986 **LPM** 2016
THE HOUSE OF PR

Kim Sawyer, embaixatriz dos EUA

“Violência doméstica é um crime inaceitável”

A embaixatriz dos EUA, Kim Sawyer, tem vindo a alertar para o problema da violência doméstica em Portugal. A noção de que “o que acontece em casa, fica em casa”, torna a questão mais difícil de resolver.

Fala Muito n responsabilidade social das empresas, mas a verdade é que em Portugal, por exemplo, as mulheres continuam a ter salários mais baixos que os dos homens. tem conhecimento deste problema?

Os salários, para o mesmo trabalho, são mais baixos em 20% para as mulheres do que para os homens. Eu acredito muito na mudança pela igualdade e acho que isso tem de ser alterado nas empresas; igualar as tabelas salariais e fazer com que as mulheres sejam promovidas ao mesmo ritmo que os homens é a coisa certa a fazer.

Acho, de resto, que muitas pessoas não se preocupam tanto com a coisa certa a fazer até que lhes mostremos o que acontece nos negócios: as empresas têm uma melhor performance quando têm diversidade. Quando também há mulheres em cargos de liderança as empresas recuperam mais rapidamente de desacelerações económicas, são mais lucrativas... É faz sentido ter mulheres nestes lugares porque 80% dos compradores de produtos e de serviços são mulheres. Ter uma liderança diversa conduz a experiências, perspetivas e habilidades diferentes na forma como se gere um negócio e isso é essencial para competir numa economia global. Temos de educar as pessoas sobre esses casos e é isso que vai começar a alterar as coisas.

Está a trabalhar noutra matéria que afeta sobretudo As Mulheres e As crianças – A violência doméstica. o que é que tem vindo a fazer e qual é A sua leitura sobre este problema em Portugal?

Começo por sublinhar que a violência doméstica é o problema que existe em todo mundo, incluindo nos EUA.

Acho que em Portugal é um problema maior porque, apesar do facto de ser um crime público, culturalmente, o que acontece em casa fica em casa.

Isso faz com que seja uma situação mais complicada aqui. As vítimas de violência doméstica sentem-se envergonhadas, sentem muitas coisas que não querem revelar. E o pior é que as crianças que crescem nesses ambientes pensam que não há problema algum e, por isso, tomam-se vítimas ou agressores. Para além disso, muitas vezes, as vítimas de violência doméstica têm de escolher entre cuidar de si próprias e dos seus filhos ou ficar numa relação abusiva. Devido à falta de sustento financeiro, elas acabam por ficar nessas relações. Por isso, uma das coisas muito importantes, e aquilo que estamos a tentar fazer no “Connect to success”, é ajudar as mulheres a alcançarem a autossuficiência financeira. No que diz respeito aquilo que temos estado a fazer: eu só estou cá alguns dias, entre cinco a dez dias por mês e sempre foi muito importante para mim que enquanto cá estivesse pudesse utilizar o meu tempo da melhor forma para poder retribuir esta grande oportunidade. Foi por isso que comeci o “Connect to success”, que é aquilo que melhor sei fazer. Mas sempre que eu voltava via qualquer coisa nos jornais sobre mortes de mulheres. Tenho, também, um motorista que estava sempre a levantar essa questão, que me dizia que este era um problema terrível em Portugal.

Ele é português e contava-me muitas histórias para além daquelas que apareciam no jornal. Apesar de ter votado o meu tempo e a minha dedicação ao “Connect to success”, uma das coisas que queria ter a certeza a que me dedicava antes de me ir embora era a essa questão. Mas o ponto de viragem foi num dos convívios que promovi entre as mulheres portuguesas do staff da embaixada, há cerca de um ano. Também compreendi que estava a trazer uma perspetiva americana sobre a forma como eu achava que poderia ajudar

– eu não vivo aqui, eu não interajo muito com as mulheres da embaixada porque não estou cá. Por isso, queria perceber quais eram os seus maiores problemas. Neste grupo de cerca de 40 mulheres da embaixada a questão da violência doméstica acabou por ser abordada e uma delas admitiu perante toda a gente que era uma vítima e nunca o tinha dito a ninguém. Ela estava a chorar e disse que gostava de ter tido uma oportunidade daquelas antes, onde pudesse falar, para ter força e apoio para deixar aquela relação.

Quando ouvi todos esses testemunhos ficou muito claro que era preciso fazer alguma coisa. Mas eu acredito que é preciso começar em casa; para mim era óbvio que as mulheres da embaixada tinham problemas, e que se esta mulher tinha falado sobre isto, haveria muitas outras pessoas naquela sala – e foi óbvio, ao reparar nas expressões daquelas mulheres – estariam na mesma situação ou teriam passado por experiências semelhantes. A primeira coisa que fiz foi trazer a APAV, que é a maior organização de apoio às vítimas, não só de violência doméstica, mas também de outros crimes. Queria trazer a APAV à embaixada para falar com as pessoas e explicar-lhes algumas coisas sobre violência doméstica, nomeadamente o facto de que pode acontecer contra crianças, homens, idosos, para além das mulheres; que a violência doméstica nunca é aceitável; explicar os recursos disponíveis às vítimas; e fazer referência ao facto de que o problema atinge todas as classes sociais e económicas. Depois desta reunião, três pessoas vieram ter comigo para me contarem que tinham sido vítimas, ou que as suas mães tinham sido vítimas de abuso e que gostariam de ter sabido antes do trabalho de organizações como a APAV. Mesmo o staff americano que lá estava nos disse que nunca tinha estado numa embaixada que tivesse promovido uma discussão como aquela. Esse foi o primeiro passo. Depois a embaixada começou a distribuir informação, por email, sobre diferentes serviços, sobre ofertas da APAV e diferentes formas de detetar abusos. Pedimos às pessoas para espalhar a informação. Para mim, o mais importante era difundir a mensagem de que a violência doméstica é um crime público e é inaceitável.

Comecei a pensar na melhor forma de fazê-lo e percebi, ao mesmo tempo, que não havia muito financiamento disponível para organizações como a APAV. Por isso fizemos um jantar, há cerca de três semanas, e conseguimos angariar 30 mil euros, o que foi ótimo. Mas igualmente importante foi podermos contar com a imprensa que fez a cobertura do evento – os media fazem uma diferença enorme

na consciencialização sobre os problemas sociais. Depois disso escrevi também um artigo sobre violência doméstica e desde essa altura que tenho vindo a falar sobre o problema, muito, também, sobre o papel que os media podem ter na exposição de males sociais e em não deixar as pessoas esconderem coisas que querem esconder. Falei sobre violência doméstica, assim como de género e igualdade, porque esse é outro tema que pode ser abordado pela comunicação social, que pode desfazer estereótipos. Também falei no “American Club” e ficou muito claro que ainda existem algumas crenças, até por parte das mulheres, de que as mulheres que importunam os seus maridos se calhar merecem que se lhes batam. Tive oportunidade para explicar, nessa altura, que a violência doméstica nunca é aceitável, que nunca é aceitável bater noutra pessoa.

Por que é importante, para si, promover estas discussões? E por que motivo tem as mulheres no centro das suas preocupações?

É algo com que me posso relacionar, porque foi algo que experienciei, sobretudo quando era mais nova. É algo que sei que existe e é algo que está a afetar metade da nossa sociedade, não só em Portugal ou nos EUA, mas no mundo todo. É um grande problema, mas nunca deixei que tivesse impacto no meu sucesso. É muito importante que tentemos resolver o problema e, ao mesmo tempo, impedirmos as mulheres de usarem essa desculpa para deixarem algo por fazer. Não podemos dizer: “sou mulher e não se espera que as mulheres façam isso...”. Eu nunca tive filhos e só casei aos 40. Nunca tive um papel tradicional ou fiz aquilo que era esperado de mim enquanto mulher. Desde ser uma mulher de negócios, até ser embaixatriz, até estar casada com o meu marido... Eu vivi em Boston muito mais tempo que o meu marido – ele vivia nos subúrbios – e quando vamos jantar as reservas são feitas no meu nome, eles chamam-no “Mr. Sawyer”.

Eu tenho mesas especiais nos restaurantes, porque não há muitas mulheres que vão jantar com clientes ou sozinhas...

Foi difícil assumir esse estilo de vida diferente?

Os meus pais sempre me compreenderam e apoiaram muito, mas mesmo estando muito orgulhosos porque tudo o que fiz, sempre me disseram “não vais ter um filho e vais perder essa oportunidade”.

Estava sempre a ouvir isso; há uma expectativa sobre o que é suposto fazermos nas nossas vidas. Há uma história que é o exemplo perfeito disto: eu es-



Kim Sawyer diz que mulheres não podem invocar a sua condição para deixarem algo por fazer e não atingirem os seus objetivos

tava numa relação e o homem com quem eu estava ofereceu-se para me oferecer um casaco de peles. Eu sabia que ia acabar aquele relacionamento e não aceitei o casaco. Nessa altura, não estava a fazer muito dinheiro, era advogada, mas estava a trabalhar para o governo.

Quando acabei essa relação arranjei outro trabalho, muito mais bem pago, e decidi que ia recompensar-me com um casaco de peles. Quando fui pagá-lo perguntaram-me quais eram as minhas iniciais para que pudessem pôr um monograma no casaco. Perguntei se tinha que colocar as minhas iniciais e eles disseram-me que não. Perguntaram-me novamente que iniciais é que eu queria pôr no casaco e eu disse que não queria escrever iniciais, queria escrever “autossuficiente”. Foi o que eles colocaram. Eu era jovem, na casa dos 20, ia com as minhas amigas para um bar e havia sempre quem me abordasse e que me perguntasse “quem é que te comprou esse casaco?”. E eu mostrava-lhes o que estava escrito no casaco. Anos depois, comprei o meu primeiro apartamento. Estava no elevador e entrou um homem que olhou para mim e disse “tu és a autossuficiente!”.

Eu olhei para ele e disse “também comprou aqui um apartamento?” e ele respondeu “não, estou a arrendar...”.

Cá estão os estereótipos: os homens compram presentes caros às mulheres, porque elas não podem comprar para elas próprias, até fazer qualquer coisa fora da caixa como escrever “autossuficiente” num casaco; os homens acharem que se uma mulher tem presentes bonitos é porque devem ter sido comprados por outra pessoa, ou eu própria assumir que se aquele homem estava a viver no meu edifício é porque ele tinha comprado uma casa!

Acho que algumas vezes foi difícil, mas foi sempre bom, porque sempre senti que tinha a capacidade de fazer escolhas em tudo: desde um casamento, a um trabalho, a um carro... O Bob [Robert Sherman] não poderia ter sido embaixador enquanto estivéssemos casados se eu não tivesse feito as escolhas que me permitem ser autossuficiente.

Nós pagamos as minhas viagens para cá, por exemplo, e a única razão pela qual podemos fazer isso tem que ver com as escolhas que eu fiz. E não há nada que me faça mais feliz do que estar aqui. Sei que para o Bob é igual.

©123RF



Nova campanha do Governo chega este ano às universidades portuguesas e pretende pôr um ponto final à violência física e verbal entre jovens

«Muda de curso: violência no namoro não é para ti»

Ter ciúmes, controlar o telemóvel e as redes sociais e chamar nomes ainda são comportamentos desvalorizados pela maioria dos jovens. Nova campanha do Governo pretende reverter esta impunidade e ajudar a denunciar casos de violência nas universidades.

Achas que ter ciúmes, controlar o telemóvel do teu namorado, chamáres-lhe estúpido ou agarrá-lo pelo braço podem ser atos de violência? Um grande número de jovens ainda considera que estes gestos ou atitudes são mais uma prova de amor ou uma brincadeira do que propriamente violência. E é essa «desvalorização do que são comportamentos violentos» que perpetua a existência de vítimas e agressores, por exemplo, nas universidades portuguesas.

Com o objetivo de alertar para o fenómeno, que é considerado «normal» por mais de dois em cada dez jovens portugueses, segundo dados da UMAR, o Governo lançou a campanha intitulada «Muda de curso: violência no namoro não é para ti», que irá estar presentes nas universidades em forma de cartazes e nas redes sociais em vídeo.

Ao **mu**, o psicólogo da Associação de Apoio à Vítima, Daniel Cotrim, explica que a maioria dos jovens interpreta o ciúme como uma forma de mostrar que se gosta, além dos jovens estarem habituados a tratar-se por termos como «estúpido» ou «parva». «Não se apercebem que isto é uma forma de violência» e vão minimizando a violência e até o seu impacto. Na verdade, os jovens só têm mesmo noção de que se trata de violência «quando há agressões físicas que colocam em causa a integridade física da vítima.»

Medo de perder amigos

Além de ser difícil reconhecer este tipo de fenómeno, muitas vezes as vítimas preferem manter o silêncio e não denunciar o agressor, que é neste caso o seu próprio namorado. Segun-

do o especialista, o principal motivo para não apresentar queixa prende-se com o medo de perder os amigos. «Não nos podemos esquecer que, nestas idades, as pessoas precisam dos seus colegas e dos grupos de pares», sendo que «os jovens namoram com pessoas que estão perto dos círculos de amizade». Ou seja, muitas vezes sentem que, para quebrar o ciclo de violência, precisam de «quebrar com o grupo de amigos...»

A piorar o cenário, os jovens continuam a não desabafar com os pais e a sociedade continua a defender que as relações são para sempre. «Supostamente, vivemos numa sociedade mais livre e moderna, mas continuamos a ver que os jovens se fecham no quarto e que não contam que namoram, sobretudo as raparigas, por recearem perder a liberdade. O psicólogo

recorda que muitos dos casos de violência são precisamente à porta da vítima porque o namorado sabe que ela não irá contar nada.

Forçar relações sexuais é normal?

Ainda segundo o estudo publicado no início deste ano pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), cerca de três em cada dez jovens não têm perceção de que alguns atos, como bater, insultar, controlar o telemóvel ou forçar relações sexuais, eram atos violentos, e 22% consideram «normal» a violência no namoro. Apesar de o agressor ser maioritariamente do sexo masculino, isto não significa a ausência de casos de rapazes agredidos, o que faz com que esta campanha seja para todos.

PATRICIA SUSANO FERREIRA

PATRICIAFERREIRA@MUNDOUNIVERSITARIO.PT



Tribunal condena a multa filho acusado de deixar pai à fome

Decisão judicial considera que o filho “abandonou” o pai, “não querendo saber do seu estado”, embora tivesse meios financeiros ao seu dispor. Arguido vai recorrer do acórdão da Relação do Porto

Violência contra idosos Catarina Gomes

Um oficial de justiça, que esteve acusado de dois crimes de violência doméstica na forma agravada por supostamente ter deixado o pai e a tia, os dois idosos com quem vivia, à fome e ao frio, foi absolvido em Junho. Mas o Tribunal da Relação do Porto veio agora condená-lo pelo crime de violência doméstica contra o pai e uma pena de multa de 2250 euros. A advogada do arguido vai recorrer.

Vítor, que na altura do julgamento tinha 58 anos, voltou para casa do pai, no Porto, depois de se ter separado da mulher. Para além do pai, com 86 anos, também lá morava a tia, de 88 anos. O oficial de justiça passava o dia fora, trabalhava no centro da cidade e só apareceria para dormir e tomar banho.

O pai tinha tido um enfarte agudo do miocárdio em 2006 e, mais recentemente, tinha-lhe sido diagnosticada uma demência, sofrendo, por isso, “de momentos de desorientação frequentes”. Cada vez precisava de mais ajuda para desempenhar as tarefas mais básicas. Já a tia do arguido tivera um acidente vascular cerebral, era cega de um olho e tinha muitas dificuldades em andar.

Cenário desolador

Na acusação, o Ministério Público descreveu um cenário doméstico desolador. Na casa onde viviam o oficial de justiça e os dois idosos grassava a falta de higiene, passava-se frio e não havia comida. Embora, a 23 de Junho deste ano, o Tribunal da Comarca do Porto tenha absolvido o homem dos dois crimes de violência doméstica, foram dados como “factos provados” que o arguido não trazia alimentos para casa. Limitava-se a contratar o serviço de um restaurante para entregar almoço e lanche ao pai e apenas almoço à tia. Às segundas-feiras, dia de encerramento semanal do estabeleci-

mento, nada tinham para comer.

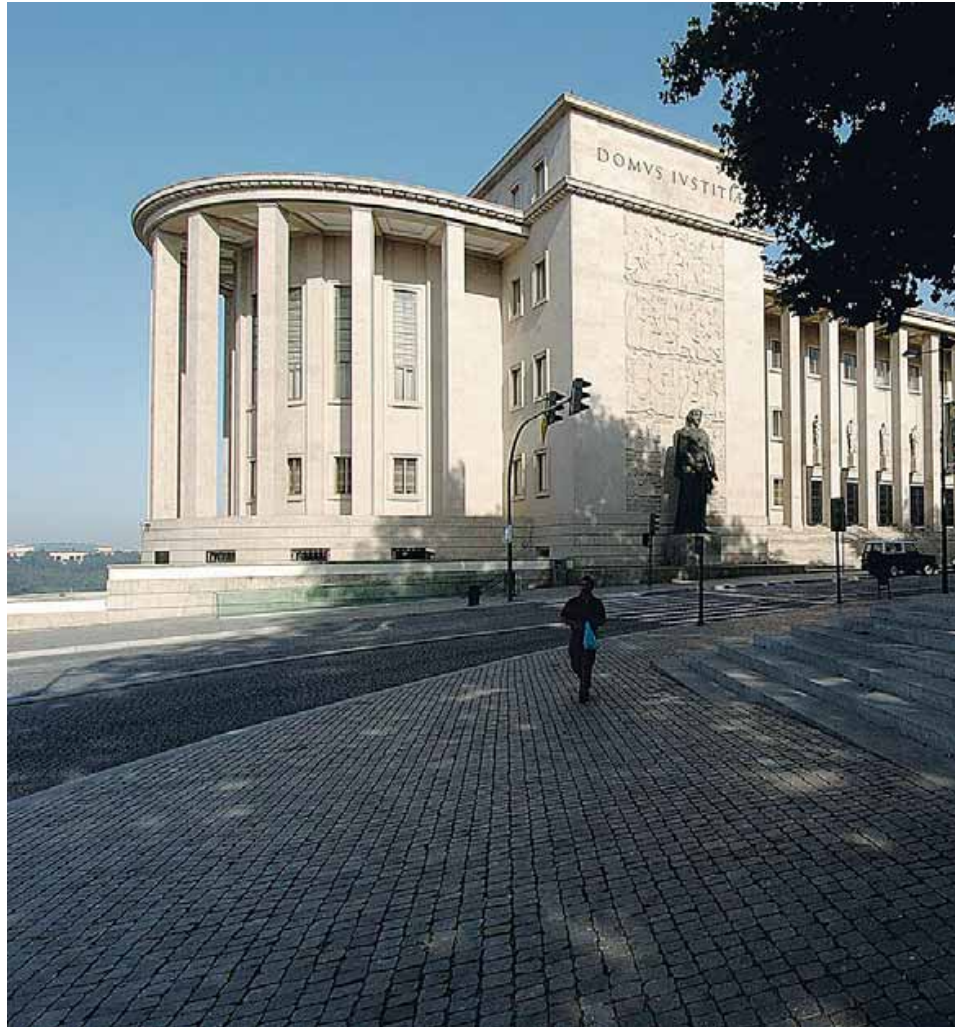
Foi dado como provado que o filho, que recebia um vencimento mensal ilíquido de 1807 euros, não prestava, nem pagava a alguém que o fizesse, cuidados de higiene ao pai e que este começou a ser visto com a roupa suja, a cheirar “mal” (a urina) e com a barba por fazer.

Constatou-se ainda que, a 26 de Janeiro de 2015, a médica de família, a pedido da Segurança Social, foi à residência e encontrou-a suja, cheirando a urina, tendo sinalizado os dois idosos para “encaminhamento urgente” para centros de dia ou lar. O arguido teria recusado essa solução, defendeu o Ministério Público (MP).

Na acusação, o MP sustentava que, no dia da morte do pai, a 9 de Fevereiro de 2015, este teria sido deixado nu da cintura para baixo, com a janela do quarto a deixar entrar o frio do Inverno e com as pernas atadas com um cinto. Mas, durante o julgamento, nem todos estes pormenores foram dados como provados. O que o tribunal deu como certo é que naquele dia, o pai de Vítor “encontrava-se prostrado na cama, com um casaco de pijama de Verão, urinado e sem roupa ou qualquer agasalho na parte inferior do corpo, com tremores e sem qualquer outro tipo de reacção”.

Os primeiros socorros foram prestados pelos bombeiros, a pedido de familiares, já que o arguido não se encontrava em casa. O idoso foi então aquecido com uma manta térmica e recebeu oxigénio. Estava em hipotermia e apresentava também sinais de desidratação e atrofia muscular, sendo, em termos de higiene, descrito como “imundo”. Conduzido a uma urgência hospitalar, ficou escrito, em informação clínica, que se encontrava “em mau estado geral, maus cuidados de higiene. Inconsciente”. Acabaria por morrer no dia seguinte.

O arguido, depois da morte do pai, terá ido ao banco levantar 7500



Na acusação, o MP sustentava que, no dia da morte do pai, este teria sido deixado nu da cintura para baixo e com as pernas atadas com um cinto

euros da conta do progenitor, o que não conseguiu, porque àquela hora já o banco recebera a informação da sua morte.

Absolvido na 1.ª instância

Em Junho, o Tribunal da Comarca do Porto acabou então por absolvê-lo dos dois crimes. Foram ouvidas várias testemunhas abonatórias do arguido, como a sua ex-mulher, que asseverou que o oficial de justiça estava transtornado pelas muitas dificuldades da sua vida. Tinha diabetes em estado avançado. Em 2013, ia perdendo um pé. Esteve um mês e

meio internado e três meses em casa de um filho. Por outro lado, no julgamento ouviu-se que a não deslocação dos idosos para um centro de dia ou apoio domiciliário “não pode ser imputada ao arguido”, mas decorria da recusa dos próprios.

O colectivo de juízes do Tribunal da Comarca do Porto entendeu que o arguido não tinha, em relação à tia, o dever de cuidar da sua saúde. Quanto ao pai, não deu como provado que a sua conduta tenha posto em causa a integridade física do idoso.

Mas o Ministério Público recorreu da decisão de absolvição para o Tri-



Na acusação, o Ministério Público descreveu um cenário doméstico desolador

NELSON GARRIDO

Provedores do idoso avançam

A Comissão de Protecção ao Idoso – Associação Regional do Norte, com sede no Porto, quer ter durante o próximo ano mais dez municípios da região com um provedor do idoso em actividade. Isto, além de Guimarães e Amares, que deverão ser os primeiros municípios onde esta figura vai avançar, refere o presidente da associação, Carlos Branco.

O modelo foi criado por esta associação, que já pediu às respectivas câmaras municipais que escolham um nome entre a sua rede social, para que depois o possam validar, explica Carlos Branco, que é também professor de Gerontologia e proprietário de uma residência sénior em Braga. “O processo de escolha está a decorrer”, explica. A ideia é que o provedor “defenda o idoso nas suas localidades, em articulação com as câmaras e a rede social”.

A Comissão de Protecção ao Idoso nasceu em 2013 e reúne desde magistrados a médicos e outros membros da sociedade civil. A associação presta apoio jurídico e psicológico a idosos vítimas de violência doméstica, em articulação com o Ministério Público da comarca de Braga.

bunal da Relação do Porto que, num acórdão de 12 de Outubro, veio reverter parcialmente a decisão, apenas no que diz respeito ao pai. A advogada do arguido, Emília Loureiro, informou o PÚBLICO que vai recorrer da decisão para o Supremo Tribunal de Justiça.

A Relação deu Vítor como “autor de um crime de violência doméstica contra seu pai, que se encontrava particularmente indefeso em face da idade, numa situação de doença e demência”. Condenou-o a uma pena de dez meses de prisão, substituída por uma multa de 2250 euros.

997

denúncias de violência contra idosos chegaram em 2015 à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Este tribunal superior constatou que o filho “pessoalmente o abandonou, não querendo saber do seu estado”; que o pai foi deixado à sua sorte, ao frio, tendo o oficial de justiça meios financeiros para aquecer a casa, alimentar e cuidar do pai, “como evidenciam não apenas os levantamentos bancários que fez como o que pretendeu fazer”. Os juizes entenderam que, assim tendo agido, violou o dever “emergente da relação filial” que exigia “que providenciasse pela assistência ao seu pai”.

cgomes@publico.pt



Para as mulheres existem os abrigos. Quem é que abriga os idosos?

Isabel Dias
Investigadora



Mais de metade dos idosos não formaliza queixas de violência

Mais de metade dos idosos (54%) que denunciaram situações de violência à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) não avançaram depois com uma queixa junto das autoridades policiais ou judiciais, afirma Maria Oliveira, assessora técnica da direcção desta instituição.

Dados da APAV de 2013 a 2015 indicam que só 31% dos idosos que se queixaram à associação formalizaram depois uma queixa. A baixa proporção de idosos que vai à polícia ou ao tribunal queixar-se tem muito que ver com o facto de, em 40% das situações, o agressor ser o filho, diz Maria Oliveira. Só depois (28%) surge o cônjuge. “Existe muita vergonha de denunciar um filho. Tentam resolver a bem, até haver uma escalada de conflitos que surge com violência verbal e muitas vezes leva à violência física, às vezes à morte.”

A responsável lembra também que, nas estatísticas de 2013 e 2014 da APAV, nos agressores de idosos predominavam os cônjuges e agora surgem os filhos à cabeça. Maria Oliveira considera que, com a crise, muitos filhos foram obrigados a voltar a viver com os pais, “o que criou tensões, provocou desequilíbrios, potenciados quando há situações de consumo de álcool ou outras substâncias”.

A responsável da APAV diz também que, ao mesmo tempo, ainda existe em termos sociais “permissividade em relação a este tipo de comportamento”. Avançou-se muito na sensibilização da violência contra crianças e mulheres, mas menos na violência contra idosos. É uma das razões que explica que, na área da violência doméstica, a dos idosos ainda seja a que tem menos denúncias na associação.

A investigadora em violência contra idosos Isabel Dias nota que, nas participações de crime de violência doméstica às autoridades, em 2014, apenas 8% diziam respeito a idosos. “É a ponta do icebergue. São as vítimas que menos denunciam, porque existe um quadro de doença, de dependência, até financeira. É uma população pouco informada”, refere a socióloga e professora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

No contexto dos lares, os idosos também têm medo de formalizar queixas, por exemplo, contra uma auxiliar, “com medo de represálias”. “Para as mulheres existem os abrigos. Quem é que abriga os idosos?”

Em 2015 houve 997 denúncias de violência contra idosos – uma média de 83 por mês –, mais 145 do que no ano anterior, referem as estatísticas da associação.

DANIEL ROCHA



Os filhos são os agressores em 40% dos casos de violência

Violência doméstica APAV aplaude diploma do PS para acelerar ação do tribunal

Demora judicial fragiliza a vítima



JOSE CARMO / GLOBAL IMAGES

APAV diz que o arrastar do processo judicial é uma "vitimização secundária"

Carla Sofia Luz

carlaluz@jn.pt

► A dor de quem vive o quotidiano de violência doméstica não cessa no momento em que se afasta do agressor. A demora judicial na definição das responsabilidades parentais, que pode arrastar-se durante meses, é hoje uma "vitimização secundária" para quem já está num estado de profunda fragilidade. O alerta é da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que louva a iniciativa do grupo parlamentar do PS para dar ao Tribunal de Família o poder de acelerar a regulação parental e de afastar o suspeito de agressão dos filhos, se for do interesse das crianças.

A mudança do quadro legal, que sofreu alterações em 2015, é "oportuna" e vem suprir uma falha importante que a anterior alteração da lei não satisfiz, entende a APAV. Verte para a legislação portuguesa

projeto de lei do PS :

Regulação urgente

● O projeto de lei do PS, que entrou quinta-feira no Parlamento, introduz o mecanismo de regulação urgente. Quando houver uma decisão do Tribunal Criminal num caso de violência doméstica (que pode ser a decisão de uma medida de coação ao arguido), o Ministério Público terá dois dias para a comunicar ao Tribunal de Família.

Inibir para proteger menor

● O juiz do Tribunal de Família terá um prazo máximo de cinco dias para agendar uma conferência de pais. Na falta de acordo ou na ausência de um dos progenitores, o juiz definirá os termos da regulação parental, podendo limitar ou proibir o suspeito de agressão de contactar com os filhos. A decisão do juiz terá de ser fundamentada.

as determinações da Convenção de Istambul (do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica), ou seja, que "o exercício de um qualquer direito de visita" ou de "guarda não prejudique os direitos e a segurança da vítima ou das crianças". Atualmente, essa condição não está salvaguardada. Mas ficará, assinala a jurista Ana Amorim da APAV, caso o projeto de lei do PS seja aprovado.

"Muitas vezes, o agressor usa o processo de regulação parental para manter um acesso direto à vítima. É uma vitimização secundária", adverte Ana Amorim, sublinhando que, a par da mudança legislativa, é fundamental que haja maior coordenação e um esforço do Ministério Público para agilizar os processos de violência doméstica. O parecer da APAV sobre o projeto de lei foi enviado antontem para o grupo parlamentar do PS.

A APAV reconhece que, ao conceder ao Tribunal de Família o direito de limitar ou de proibir o suspeito de agressão do contacto com os filhos (a partir do momento em que o Tribunal Criminal decide uma medida de coação), haverá uma "colisão de direitos". Mas a prioridade deverá ser a proteção da vítima. "Para o Tribunal decretar uma medida de coação, tem que haver fortes indícios da prática do crime", assinala Ana Amorim. Ao proibi-lo de visitar o filho, "estará a limitar o direito do agressor de exercer a sua responsabilidade parental, mas há também o direito de proteção do menor e da vítima, que se afiguram como o direito de maior relevância". ●



APAV promove eventos formativos na ilha do Faial

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) Açores deslocou-se à ilha do Faial na próxima quarta-feira, a fim de promover vários eventos formativos, direccionados aos jovens, à população idosa, bem

como a profissionais de diferentes áreas.

Na Escola Secundária Manuel Arriaga serão dinamizadas, ao longo de todo o dia, ações de informação/sensibilização sobre o projeto

ABC Justiça, que tem como principal objetivo a promoção da transparência do sistema português de justiça penal.

A par destas acções com os jovens, serão também dinamizados

dois eventos formativos distintos: uma ação de informação/sensibilização sobre Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência e uma ação de informação/sensibilização sobre Violência Doméstica. ■



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PULSEIRA **IMPEDE** 510 AGRESSORES DE CONTACTAR VÍTIMAS

MIGUEL CURADO

Nos primeiros oito meses deste ano, 510 arguidos em processos de violência doméstica encontravam-se sujeitos a uma medida de coação de vigilância com pulseira eletrónica, o que representa 51% do total de 1010 arguidos alvo do mesmo controlo. Os dados são da Direção-Geral dos Serviços Prisionais, que acrescenta que este número representa uma subida de 3,73% face ao período homólogo de 2015. A colocação do dispositivo de vigilância eletrónica aos agressores,

**NÚMERO DE ARGUIDOS
VIGIADOS SUBIU 3,73%
FACE AO ANO PASSADO**

determinada pelo juiz de instrução criminal responsável pelo primeiro interrogatório,

visa impedir quaisquer contactos com as vítimas, que estão, por seu turno, equipadas com mecanismos eletrónicos semelhantes para dar a conhecer todas as tentativas de aproximação dos arguidos. João Lázaro, dirigente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), aponta com “muito agrado o crescimento da proteção às vítimas”. Segundo o dirigente associativo, “a vigilância eletrónica de agressor e vítima impede todas as aproximações, numa altura em que a Justiça já determinou que ambos não partilhem o mesmo domicílio”. ●

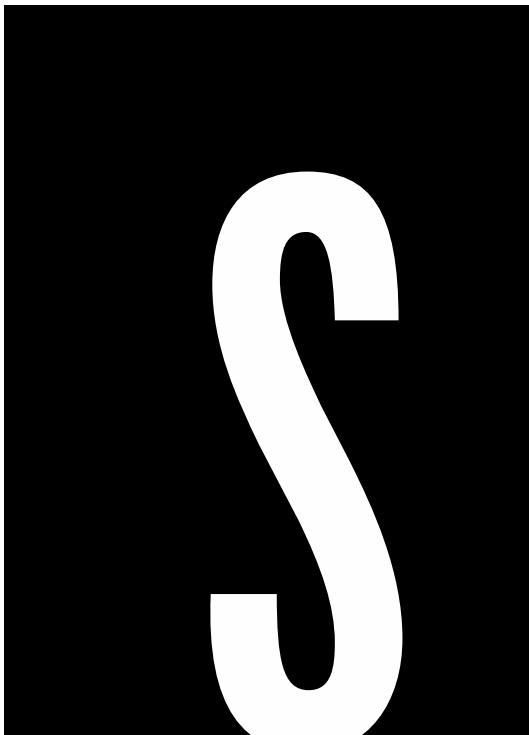
HOMENS VITIMAS

A FACE OCULTA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Há mais queixas de homens violentados, mais agressoras e homicídios conjugais cometidos por mulheres. Em 2015, uma em quatro vítimas declaradas de violência doméstica era homem. Estudos revelam que os géneros tendem à igualdade neste contexto. Algo mudou nos casais? Onde falham instituições, quais as queixas dos homens? Profissionais de saúde, técnicos, investigadores, advogados, magistrados, associações e polícias explicam. Vítimas contam experiências na primeira pessoa

 MIGUEL CARVALHO





“DIZER QUE UM HOMEM NÃO É VIOLENTADO PELA MULHER, NÃO É FRACO NEM CHORA, SÃO ESTEREÓTIPOS CHOCANTES”, AFIRMA A SECRETÁRIA DE ESTADO DA IGUALDADE CATARINA MARCELINO

Se, em agosto, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tivesse lançado mais uma campanha dirigida a mulheres alvo de violência doméstica, Daniel Cotrim passaria “oito dias enfiado em estúdios de televisão, ao ponto de criar um eczema facial de tanta maquilhagem, e teria falado ao telefone dia e noite”. De qualquer modo, faria sentido: as mulheres continuam a ser mais vitimadas. Mas não foi o caso. A APAV estreou, sim, a primeira campanha destinada a “quebrar o ciclo da vergonha” dos homens violentados na intimidade. Daniel foi a um canal de TV, a agência Lusa fez notícia e uma jornalista tarimbada na temática ligou-lhe: “Mas a violência doméstica contra homens é um crime público?!” O assessor técnico da APAV ia caindo da cadeira. “Só pode estar a brincar comigo, o artigo 152 do Código Penal é para todos!” Não estava. “É desnecessário referir sempre que as mulheres são mais agredidas, por receio de ofender ou ferir suscetibilidades. Temos de aprender a falar das vítimas masculinas de forma isolada. O problema é real, merece visibilidade e credibilidade.”

Entre 2013 e 2015, a APAV recebeu 1240 queixas de homens (uma subida de 15% nesses dois anos). No mesmo período, os relatórios de Segurança Interna registaram mais de 18 mil situações de violência íntima contra indivíduos do sexo masculino. Há mais mulheres agressoras e condenadas por homicídio conjugal, embora as penas, no caso delas, sejam inferiores. Em outubro abriu a primeira casa-abrigo, no Algarve, para dez homens, projeto-piloto da Fundação António Silva Leal e do Governo. A Santa Casa da Misericórdia do Porto prevê abrir um espaço “com dois ou três quartos”, anuncia o provedor António Tavares. “Há um aumento de vítimas masculinas,

também na comunidade LGBTI [lésbica, gay, bissexual, transgénero e intersexo]. Temos de dar resposta. Sou feminista, mas feminismo é igualdade, não é só defender as mulheres. Essa é uma visão enviesada”, afirma Catarina Marcelino, secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, ciente dos riscos. “Dizer que um homem não é violentado pela mulher, não é fraco nem chora, são estereótipos chocantes que depois se refletem em crianças e adolescentes. Nem todos os meninos têm de ser Bob, o Construtor, nem as meninas Barbies.”

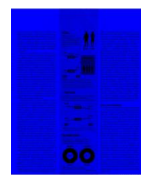
Se ainda tem no rosto um sorriso desdenhoso, saiba que faz parte de um clube abrangente. “Já ouvi risinhos da parte de técnicos, polícias, magistrados e estudantes de Psicologia quando falo da vitimação masculina”, assume Celina Manita, diretora do Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas (GEAV) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. “Para alguns técnicos, nem sequer é viável a ideia de uma mulher violar um homem. Quando muito, dizem, é a concretização de uma fantasia masculina. Ora, dizer isto é terrível! A hipótese desta vítima não ser bem atendida é grande.” O Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD), do Ministério da Justiça, apenas contempla homens, mas, em breve, a intervenção deverá estender-se a mulheres. O GEAV já o faz: tem seis mulheres agressoras no seu programa de acompanhamento. “Até 2015, havia zero. Por isso, há um salto estatístico importante”, assinala Celina Manita. Em maior número são os casos de mães violentas com os filhos. “A sociedade tem muita dificuldade em aceitar isto, até porque não encaixa no estereótipo da mãe cuidadora. Mas, nesse capítulo, há mulheres profundamente agressoras”, admite.

Quando Cláudia Casimiro aborda o tema dos homens violentados nas aulas de Sociologia da Família do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, “a reação é instantânea: sorriem com a mão a tapar a boca”, conta a socióloga do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, a quem já recusaram um artigo sobre o assunto numa revista científica nacional. “Quando falo nisto a profissionais desta área, ainda se riem”, confirma Daniel Cotrim. “Os homens chegam à APAV e não acreditam que estejamos preparados para escutá-los. Nas esquadras ainda ouvem gracinhas ou comentários desagradáveis.” Falta de sensibilidade? “Aqui quero profissionais especializados, até para não alimentarmos discursos perversos”, reage. “Deixo a sensibilidade para os romances da Jane Austen ou filmes tipo *Música no Coração*”.

“TERRORISMO ÍNTIMO”, VERSÃO MASCULINA

Ela atirava e partia objetos. Conduzia o carro e forçava-o a sair em nenhures. Aos fins de semana, cortava luz e água. Dizia: “Vou massacrar-te, vais perder a cabeça e queixo-me à polícia.” Automutilava-se, simulando agressões. Descrevia-o aos filhos como “perverso” e “malvado”, ameaçava não deixar vê-los. Batia, rasgava-lhe as roupas. Trancou-o na garagem. Mostrou a faca, ameaçou apunhalá-lo. Ele foi pontapeado na cabeça e nas costelas com botas de bico afiado. Teve dores vários meses, sem conseguir dormir. Arranhou-o na cara, tentou atropelá-lo. “Queixei-me seis, sete vezes à polícia. Não consideraram violência doméstica.” Disseram: “Você é fraco. Devia empurrá-la contra uma parede, dar-lhe dois murros e resolvia o problema.” Como reagir? “Pensas muitas vezes em dar um tiro na cabeça?”

Este podia ser um caso extremo de “terrorismo íntimo”, mas, na verdade, é um de muitos. Os episódios referem-se a diversas vivências, mulheres e relações. Foram recolhidos por Andreia Machado e Marlene Matos, do Centro de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho, em entrevistas a dez homens alvo de violência conjugal. Quatro anos a caracterizar o tema no masculino e as dinâmicas entre agressores e vítimas resultaram num estudo pioneiro, revelado agora pela VISÃO. A amostra envolveu 1556 homens heterossexuais, entre 18 e 78 anos, de classe média alta, nível de habilitações superior e sem histórico familiar de violência. A maioria admitiu agressões mútuas, atribuindo às



parceiras o início dos maus-tratos: violência psicológica. Seguiu-se a malha mais apertada: 89 vítimas masculinas responderam a um inquérito online. Dez, entre 35 e 75 anos, relataram olhos nos olhos as suas histórias. “Não há diferenças substanciais entre géneros: homens e mulheres agridem e são vítimas em partes iguais”, defendem as autoras.

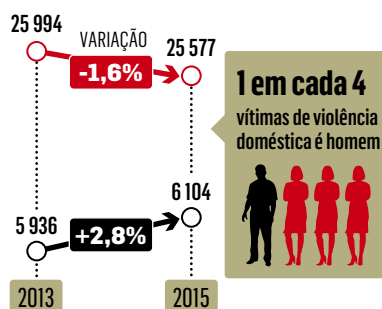
O tema é polémico no mundo inteiro. Carrega décadas de arrufos, perseguições e conflitos entre a academia e grupos sociais, sociólogos da família e defensores do primado da violência de género. Nos EUA, Murray Strauss, precursor nestes estudos, sofreu ameaças à bomba por tocar na corda sensível da “violência recíproca”. Em 2009, citou mais de 200 investigações idênticas, sem ignorar que as consequências eram bem maiores nas mulheres. A socióloga Suzanne Steinmetz recebeu chamadas anónimas e ameaças de movimentos feministas radicais contra os filhos por causa dos trabalhos sobre homens vitimados. Notara, no entanto, a ironia: os defensores da tese de que as mulheres só agridem para se defenderem eram os primeiros a ameaçar de forma violenta os autores de estudos científicos em sentido contrário.

Andreia Machado viu recusado o acesso a uma amostra representativa para o estudo e enfrentou “reações negativas” de diversas audiências. Além das escassas notícias sobre o tema, “o fenómeno é praticamente inexistente no discurso dos profissionais e entre a população em geral”, escreveu. Mesmo estribadas na experiência com mulheres vítimas, as psicólogas foram surpreendidas pelo “impacto tão negativo” da violência nos homens. “O nosso trabalho refuta por completo a ideia de que a mulher só agride para se defender.” Tal como as mulheres, os homens resistem a abandonar a relação. É raro chamarem a polícia, procurar assistência médica ou profissional: só o fazem à beira do abismo emocional. “O número oficial de vítimas masculinas não é real, são muitas mais. Temos relatos de homens que foram várias vezes às esquadras e nem assim conseguiram apresentar queixa”, asseguraram as investigadoras.

Milhares de mulheres conhecem bem este martírio: passaram pelo mesmo há duas décadas. Mas muito se andou desde que o crime é público (2000). Segundo um inquérito da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, de 2014, as portuguesas são, no Velho Continente, as mais conscientes e das mais esclarecidas sobre violência doméstica. Pagaram – e pa-

Vítimas...

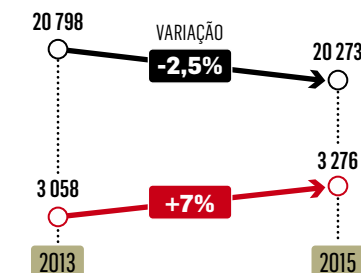
Há uma ligeira diminuição no número de mulheres alvo de violência doméstica, mas um aumento nos homens



FONTE Relatório de Segurança Interna (Cálculos de 2015 atualizados pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna com base nos dados disponibilizados pelas forças de segurança. Os dados referem-se aos totais anuais. O número de vítimas pode ultrapassar o número de ocorrências registadas uma vez que em cada participação pode ter estado envolvida mais do que uma vítima)

... E agressores

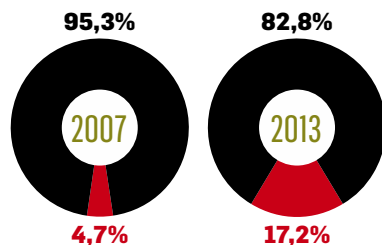
Em dois anos, registou-se uma subida de 7% no número de mulheres acusadas de agressão a companheiros



FONTE Estatísticas da Justiça da Direção-Geral da Política de Justiça relativas ao crime de violência doméstica cometido apenas entre cônjuges ou análogos

Elas também matam

Em sete anos, cresceu muito a proporção de condenações de mulheres por homicídio conjugal



FONTE Estatísticas da Justiça, Direção-Geral da Política de Justiça. Últimos dados disponíveis.

INFOGRAFIA VISÃO

gam – um preço alto por isso, mas o caminho foi de sentido único. “A luta de muitas mulheres e organizações deu visibilidade e apoios às vítimas femininas. Mas a vitimação masculina, entre outras, sofreu um dano colateral”, explica Andreia Machado.

Ignorados, negligenciados e desacreditados, “os homens continuam a carregar estigmas e rótulos. Ainda não são vítimas socialmente aceitáveis. E a mulher agressora é um tabu”, refere Marlene Matos, destacando a vergonha e o embaraço sentidos por homens quando se dirigem a hospitais e esquadras. “É forte dizer isto, mas uma mulher ferida é mais convincente. O homem parece ter sempre de provar algo mais”, admite Gisela Carvalho, autora de um trabalho académico focado nas percepções das polícias sobre vítimas masculinas. “Apesar de algumas ambiguidades, estamos no bom caminho”, reconhece a investigadora da Universidade do Minho. “Continuamos a trabalhar para esbater distinções ou preconceitos de género ainda existentes”, garante o major Tiago Lopes, da GNR. “Se os cartazes, posters e panfletos sobre violência doméstica forem mais abrangentes, melhor”, admite. A governante socialista Catarina Marcelino dá o empurrão: “Precisamos de campanhas mais inclusivas.”

PARA LÁ DOS NÚMEROS

Os sinais têm quase dez anos. O primeiro estudo nacional sobre violência de género a incluir vítimas masculinas foi desenvolvido em 2007 pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa a pedido da atual Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). As agressões mais frequentes a homens incluíam puxões de cabelos, arremesso de objetos, empurrões, cabeçadas e apertões no pescoço, lia-se no documento. Em 2010, num trabalho do Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (Lisboa), a violência física sobressaía da consulta de 41 processos da APAV. Homens relatavam ter-se trancado no quarto com medo, sofrido joelhadas nos testículos, agressões com saltos altos, tentativas de envenenamento com potassa, ameaças de morte e de retirada dos filhos. Referiam “murros e pontapés nas coisas”, telemóveis, candeeiros e bengaleiros partidos. Quem recorria ao hospital, inventava quedas. A investigadora Ana Valério perguntava: há poucos homens maltratados ou estão silenciados pela estigmatização e por um sistema preparado apenas para atender mulheres?



Em 2014, ao avaliar decisões judiciais em casos de violência doméstica, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra descobriu que a vitimação masculina, entre outras, sofria “muita ocultação” por parte dos próprios homens, da sociedade e do sistema de justiça. Num trabalho do Instituto Universitário da Maia (ISMAI), técnicos de justiça, profissionais da APAV, da CIG, da GNR e da Linha Nacional de Emergência admitiram “dificuldades na credibilização da vitimação masculina” e “ausência de serviços ou de procedimentos específicos”.

Olhemos o 5.º Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014–2017). Iniciado pelo anterior Governo, o documento contém inúmeras medidas para proteger mulheres, idosos, crianças e cidadãos LGBTI. Ações destinadas a vítimas masculinas, em sentido amplo, só com lupa: aparece um estudo e pouco mais. “Não faz sentido”, reagem Andreia Machado e Marlene Matos, desvendando outras invisibilidades: “Polícias disseram-nos que encontram domicílios onde o casal se agride mutuamente, mas no auto de notícia só podem assinalar uma vítima. Quem decide qual é? Tem de ser possível indicar os dois”, defendem. “O anterior sistema de registo nem sequer permitia a uma mulher queixar-se de outra mulher”, garante Celina Manita, do GEAV. “Ao receber a queixa, o sistema pressupunha que o agressor era sempre do sexo masculino, mas isso já foi corrigido.”

As notícias, ou a falta delas, talvez expliquem parte da opacidade da violência feminina. Bruno Castro Alves, da Escola de Psicologia da Universidade do Minho, analisou onze anos de artigos (de janeiro de 2003 a maio de 2014) sobre homicídios conjugais publicados no *Correio da Manhã*, o jornal de maior expansão. Resultados? “Os agressores masculinos são mais penalizados”, as mulheres ofensoras têm “pouca visibilidade” e a “premeditação, violência, agressividade e malvadez” são consideradas, por vezes, características intrínsecas aos homens. Nas raras notícias onde aparecem “culpabilizadas”, as ofensoras surgem “a transgredir as normas do género”. Imitam os homens, sugere-se. Para o autor, estará generalizada a opção editorial de “omitir alguns crimes cometidos por mulheres” e informar “de forma camuflada”.

Andará o mundo académico assim tão distante da linha editorial do *Correio da Manhã*? Há uns anos, os colegas de Cláudia Casimiro diziam-lhe que já incluíam a



“Cheguei a fechar-me a cadeado, com medo”

M. OLIVEIRA, 53 anos, produtor de conteúdos, Setúbal

Tive uma relação tóxica, de largos anos, apaixonada e dolorosa. Por vezes, a minha companheira ficava “ausente”. Do nada, alheava-se de tudo. Durante dias ou semanas. Ela fez psicanálise. Pensei: “Ela está mal, mas vou curá-la.” Ao fim de alguns anos, começaram as agressões, sem um motivo “lógico”. Eram atos aleatórios, primeiro verbais, depois físicos. Quis compreendê-la, esperando que não se repetisse. Havia cumplicidade e felicidade, mas depois voltavam os murros, pontapés e bofetadas. Uma das agressões foi com um objeto cortante: fez-me um lanho na cara. Um dia, ela veio para mim, de braço no ar, com um objeto na mão. Por fim reagi, bati-lhe. Tinham passado nove anos. Caiu-me tudo. Para mim, a violência contra uma mulher é inadmissível, um valor moral inviolável. Senti uma grande culpa, um falhanço. Fizemos terapia conjugal. Mas as agressões dela continuaram. Depois ela engravidou. Eu era um pai muito presente. Mas a minha mulher começou a cortar-me o acesso à criança dentro de casa. Cheguei a lutar para entrar no quarto do bebé e a fechar-me a cadeado noutra divisão da casa, à noite, com medo. Senti-me em perigo. Muito mais tarde, ela disse: “Só não te matei porque não conseguí.” Eu estava sempre a tentar analisar, explicar, desculpar, mas foi a maior mentira que contei a mim próprio. Numa situação de violência continuada, ninguém cura ninguém.

Na sequência de mais uma agressão, saí de casa. Cansei-me de ser o *punching bag*. Estive à porta da esquadra, mas não venci a vergonha e não queria que ela tivesse problemas com a polícia. Desisti. Telefonei para uma organização de apoio a vítimas a perguntar se havia algum sítio onde pudesse ficar, mas não tinham respostas para mim. Saí de casa, fugi. Estive três meses sem ver a criança. Depois voltei. Separámo-nos. Eu estava debilitado e fragilizado, não conseguia fazer mais nada. Depois, fiz terapia mais de dois anos. O luto demorou, mas fi-lo de forma completa. Hoje já compreendo o que vivei.



perspetiva dos homens nos trabalhos sobre violência doméstica. “Na verdade, os guiões das entrevistas eram diferentes: à mulher perguntava-se como era violentada e ao homem como agredia. Está a ver, não é?”, interpela, irónica. “Quando se investiga a partir do pressuposto de que a vítima e o agressor são sempre os mesmos, dificilmente se descobre alguma coisa”, explica a especialista em estudos de género. No geral, os trabalhos sobre mulheres vítimas baseiam-se em dados de casas-abrigo, tribunais, relatórios policiais, fontes hospitalares, entre outros. A partir daí “é fácil concluir que a agressão ao cônjuge é uma atitude quase exclusiva dos homens. É raro inquirir mulheres sobre a violência que exercem. O assunto não é preocupação pública.”

Num congresso na Polónia, um grupo de mulheres levantou-se, indignado e de dedo em riste, quando a socióloga abordou os resultados da sua tese de doutoramento. Ela fizera 50 entrevistas a pessoas de ambos os sexos para perceber a violência na conjugalidade e a simetria de género. “Homens relataram ter sido mordidos e afastados dos

“O NÚMERO OFICIAL DE VÍTIMAS MASCULINAS NÃO É REAL, SÃO MUITAS MAIS”, DIZEM DUAS INVESTIGADORAS DA UNIVERSIDADE DO MINHO

amigos e da família. Outros beberam chá com laxante, tiveram a fechadura de casa trocada e foram humilhados em público.” No geral, descreveram as agressoras como “sub-reptícias, subtis, estratégicas, calculistas e dissimuladas”, mas “eles nem sequer se concebiam como vítimas”. A tendência, admite Cláudia Casimiro, levará as mulheres a serem mais igualitárias nas relações íntimas e na violência exercida. “Há correntes radicais do feminismo que se zangam quando falo sobre mulheres violentas”, reconhece. “Sou feminista, mas essa postura não ajuda as vítimas reais dos problemas.

Assumir, à partida, que o sexo feminino é mais frágil e vulnerável é o pior serviço que se pode prestar às mulheres.”

Se Henrique Barros mandasse, “a porcaria do sexo já estava fora deste debate e do cartão do cidadão”. Paraphraseando Bob Dylan, os tempos mudaram. Relações sociais idem. As mulheres já não são apenas donas de casa e operárias, “surgiu uma classe média de poder feminino e temos as Thatcher deste mundo nos mais variados lugares”, resume o presidente do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto. “O combate à vitimação feminina não pode abrandar, mas é inaceitável ocultar outras realidades. A violência”, argumenta, “não é de género, é de direitos humanos”. E a ideologia atrapalha: “Fecha-nos os olhos”, precisa Henrique Barros. “Em vez de encontrarmos caixas para meter as coisas, procurámos coisas para meter nas caixas.”

Nos últimos anos, o professor catedrático de Epidemiologia vem coordenando um estudo internacional sobre atos de abuso, vítimas e agressores, analisando os efeitos da violência conjugal na saúde física e mental dos lesados (projeto DOVE). Foram



entrevistados e inquiridos 3 496 adultos (dos quais 2 026 mulheres), entre 18 e 64 anos, de seis cidades representativas da diversidade cultural e geográfica europeia: Porto, Estugarda (Alemanha), Atenas (Grécia), Budapeste (Hungria), Ostersund (Suécia) e Londres (Reino Unido). Excetuando a coação sexual, onde a violência masculina é superior, os resultados sacodem convenções: na maioria das cidades, as mulheres agridem mais – e com mais frequência – enquanto os homens provocam mais ferimentos. “São ambos vítimas e agressores, com pequenas diferenças. Quando colocados nas mesmas circunstâncias, reagem igual. O problema da violência não é saber se é cometida pelo António ou pela Maria”, refere Henrique Barros.

DA INTIMIDADE AO TRIBUNAL

Ao consultório portuense da psicóloga clínica Mónica Botelho chegam mais homens violentados. “Muitos mais”, reforça. De todas as classes. Trazem “divórcios complicados, uma carga de vergonha incrível e a cabeça baralhada. Sentem rejeição por parte dos filhos e temem ser ridicularizados pelos amigos”, explica a especialista na área da Violência e Justiça. Mónica já ouviu relatos “cruéis, com requintes de malvadez”. Ela própria tem histórias para contar: “Uma senhora queria, a toda a força, que eu emitisse um relatório a comprovar que a filha tinha sido abusada pelo pai. Não era verdade e disse-o em tribunal. A mãe ficou chateada e, coincidência ou não, quando cheguei ao carro tinha a porta amolgada”, recorda a perita forense.

Durante o processo “Casa Pia”, envolvendo abusos sexuais de menores, aumentaram as queixas. Gerou-se, segundo Celina Manita, do GEAV, “um pânico moral” nas famílias, mas depois o fenómeno esmoreceu. Ficaram os casos reais e “as falsas alegações para afastar filhos de pais. Essas continuam a ser uma estratégia”, assume. À porta de Mónica Botelho bate a “denúncia clássica”, ou seja, “o pai abusador da filha ou do filho”. Às vezes, “junta-se o avô à história”. A psicóloga já teve “queixas exatamente iguais” e “a maioria não corresponde à verdade. São tentativas de destruir relações e a rede familiar do lado do pai. O homem, que procura ajuda num sistema que não foi pensado para o acudir, está tramado.”

Quando publicou *Amor de Pai* (Livros d’ Hoje), em 2007, a terapeuta familiar Maria Saldanha Ribeiro somava décadas de experiência nos tribunais de Família. Conhecia, e bem, as estratégias maternas para



“Com o meu filho no colo e uma faca na mão”

C. SILVA, 36 anos, elemento das forças de segurança, Santarém

Percebi no que estava metido quando a minha mulher atirou o bebé de forma bruta, para o sofá, após uma discussão. O meu erro foi não ter agido logo aí. Noutra altura, deu-me uma pancada forte no joelho com um ferro de um eletrodoméstico. Fiquei surpreendido, não fui criado assim. Como é que eu ia falar disto à família e aos amigos, tendo o emprego que tenho? Ensino as pessoas a queixarem-se, mas não fui capaz de o fazer. Nas filas do supermercado, quando recusava comprar e pagar as coisas de marca e caras que ela queria, chamava-me porco e outros nomes. Já tinha sido agressiva noutras ocasiões, mas um dia fui dar com ela na cozinha, com o meu filho no colo e a faca na mão. “Mato-o a ele e a mim”, ameaçou. Não me apetecia, mas abracei-a e dei-lhe mimos. Um dia, ela e a minha sogra dormiram lá em casa. Fiz o jantar e dormi no sofá para elas ficarem juntas. Quando acordei, a casa estava vazia, mas havia um bilhete: “Fui viver com os meus pais.” Foi metódica e premeditada. Um mês antes, já tinha pedido no emprego transferência para o Algarve. Uma semana antes, também inscrevera o miúdo num infantário por lá. No dia seguinte à saída de casa, entrou no tribunal um pedido de guarda do menor. Dizia que era vítima de violência doméstica, mas o processo foi arquivado. Estive meses sem ver o miúdo e fiz um pedido de localização do menor na polícia. No Algarve, esperei três dias para ver o meu filho durante 18 minutos. Numa dessas visitas, a minha mãe e a minha namorada foram comigo, mas a minha ex-mulher arrancou-me à força o miúdo do colo e deu-me um soco numa vista. De imediato foi a correr para uma amiga e disse “ele bateu-me!”. Fui tratado nos bombeiros, fiquei com o olho bastante inflamado. Só passado um mês me foi atribuído o estatuto de vítima. Ela também se queixou. O tribunal puniu-nos de forma igual: a mim, por um murro que não dei, a ela por um murro que deu. Deve ser isto a igualdade de género. Hoje, ela mantém a guarda, mas felizmente sempre cultivei o amor entre pai e filho e ele tem resistido.



ESTUDO EM 6 CIDADES EUROPEIAS, LIDERADO PELO INSTITUTO DE SAÚDE PÚBLICA DO PORTO, CONCLUI: GÊNEROS AGRIDEM E SÃO VÍTIMAS EM PARTES IGUAIS

afastar filhos dos progenitores e ganhar a guarda das crianças. A denúncia mais frequente era o abuso sexual. “A esmagadora maioria dessas acusações em contexto de divórcio são falsas. Já era assim e continua a ser”, garante a fundadora do Instituto de Mediação Familiar, desafiando consciências: “Alguém imagina uma mãe abusadora? Se um pai acusar a mãe por abuso sexual cai no ridículo. Mas o contrário é credível.” Para ela só há um termo para definir isto: “Violência doméstica. A dada altura, as crianças já interiorizaram tantas falsas memórias e manipulações que rejeitam o pai. Fazer isso a um filho é tão grave como dar uma sova numa mulher.” A terapeuta também seguiu casos de mulheres que “levaram ao extremo a encenação de violência para acusar o companheiro”. Num processo, “a senhora engessou uma perna para simular agressões”, mas um vídeo captou-a a subir as escadas, de saltos altos, sem problema. “Foi a sorte do pai”. Sorte, vírgula. “Só foi ilibado ao fim de dois anos.”

Escudada na prática clínica e forense, a psicóloga Mónica Botelho considera a queixa de violência doméstica “a nova moda”. A afirmação choca, ela sabe. “As mulheres continuam a ser as mais massacradas, sem dúvida, mas as denúncias de maus-tratos estão a ser usadas de forma perversa.” Não havendo indícios de que a denúncia é infundada, quem se queixa tem direito à atribuição do Estatuto de Vítima pelas autoridades judiciais, de polícia criminal e pela própria CIG, além do adiantamento da indemnização. Entre 2013 e 2015, a Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes gastou mais de 647 mil euros para acudir a casos “fim de linha”, de “grave carência económica”. Contudo, nem a comissão nem a Procuradoria-Geral da República ou a Segurança Social conseguiram fornecer à VISÃO dados sobre o número de estatutos de vítima atribuídos, por sexo.



“AFIRMAR QUE UMA MULHER SÓ AGRIDE EM AUTODEFESA É UMA BARBARIDADE!”, GARANTE EDUARDA PROENÇA DE CARVALHO, ADVOGADA EM CASOS DE HOMENS VIOLENTADOS

A proteção legal vem dando lugar a abusos? No GEAV, Celina Manita já ouviu testemunhos “pouco sólidos”, pedidos apressados de relatórios para manter o subsídio, “casais a combinarem a queixa em conjunto”. Resumindo, “mais pessoas a tentar obter esse estatuto sem serem vítimas” e a desaparecer num piscar de olhos: “Alegam não ter contas bancárias ou apoios económicos e o dinheiro que pagaria um ano de programa de acompanhamento é-lhes entregue em mão numa única *tranche*. Logo a seguir, já não as vemos”, relata Celina Manita, sem pretender julgar. “A crise económica explica, em parte, o recurso a esses esquemas: há falta de dinheiro para vir à consulta e filhos em casa com fome”.

Em 2015, segundo dados atualizados da Secretaria-Geral do MAI fornecidos à VISÃO, houve 31 681 vítimas de violência doméstica (6 104 homens). Houve mais de 26 mil inquéritos concluídos: 17% resultaram em acusação e mais de 68% foram arquivados. Os restantes não avançaram por “suspensão provisória” do processo ou “outros motivos”. Os números revelam “falhas na investigação, demasiada proteção aos arguidos e dificuldade das vítimas em levar as coisas até ao fim. Uma coisa é tentar pôr fim à violência, outra é querer que o marido vá preso”, assinala Celina Manita. O reverso da moeda é “um aumento de falsas acusações de abuso sexual e de violência doméstica. A forma como as crianças têm sido usadas e manipuladas em tribunal atingiu níveis de insanidade absoluta”, admite a coordenadora do GEAV.

AS GUERRAS. E OS FILHOS DELAS

Numa das mais caras artérias da Baixa lisboeta fica o escritório de advogados Uriá Menéndez-Proença de Carvalho. Ali chegam “casos surreais”, daqueles “que nunca



“É como se não tivesse uma perna”

ALEXANDRE S. 41 anos, professor de música, Gondomar

Não vejo a minha filha há mais de 6 anos. A gravidez apareceu numa altura em que a relação já tinha problemas. A família da mãe era muito conflituosa e isso assustava-me. Tive de consciencializar-me de que ia ser pai, mas foi o dia mais feliz da minha vida. A mãe e a minha filha ficaram em casa dos pais. Visitava-as todos os dias e dormia lá muitas vezes. Mas cheguei a estar 15 dias sem ver a miúda. Não havia condições para vivermos juntos e aquilo não funcionava. Acabámos.

Uma das cenas de violência foi à porta de casa dos meus sogros, numa das visitas. Estava com a minha filha ao colo. O avô tentou agredir-me, fiquei todo rasgado e arranhado. Afastaram a miúda de mim algum tempo. O tribunal estipulou um regime de visitas, mas ninguém atendia o telefone, não sabia onde estavam. Um dia fui ao colégio buscar a minha filha, mas a mãe e a avó não deixaram que a levasse. Puxaram-na pelas pernas com tanta força que tive de a largar. Fizeram uma queixa acusando-me de ser violento e de bater na minha filha. Foi arquivada. Nunca lhe bati.

Recorri à polícia, aos tribunais, por causa dos incumprimentos, durante dez anos. A mãe não me avisava das várias mudanças de escola ou de casa. Eu só servia para pagar as dívidas dos colégios. A minha filha sempre teve boa relação com a minha família. Incuti-lhe o gosto pela leitura, convivia com os meus amigos, gente das artes. Íamos a Serralves, concertos de jazz, fazíamos viagens. Um dia, antes de umas férias, a mãe disse-me: “Ela não quer ir contigo.” Em tribunal, mostraram uma carta com a letra dela: dizia que não me queria ver, que eu era violento e que ficava traumatizada quando estava comigo. Fiquei arrasado. A letra é dela, mas não é o discurso de uma criança de 13 anos. As visitas foram suspensas: só podia vê-la se ela quisesse. Nunca mais aconteceu. Ela já fez 18 anos. Se a encontrasse, não sei o que diríamos um ao outro. Tenho imensas saudades. Todas as manhãs, quando acordo, é como se não tivesse uma perna.



vemos, à vista desarmada, nos restaurantes, ou nas páginas da *Caras* e da *Lux*". Eduarda Proença de Carvalho tem no gabinete 18 processos de homens a braços com violência doméstica, sete dos quais acionaram queixas. "Coisas graves e continuadas": estalos, insultos, chantagens, pontapés, ameaças, espionagens, humilhações e perseguições. "É preciso estar fora do mundo para afirmar que uma mulher só agride em autodefesa. Dizer isso é uma barbaridade!", assegura Eduarda. A antiga voluntária da APAV traz à conversa um episódio ilustrativo da realidade que conhece há vinte anos: "Vi uma atriz famosa, das melhores, à chapada e aos pontapés ao marido num elevador. Não apanhei por pouco. Toda a gente do meio sabia", descreve. Do outro lado da contenda, também já teve idêntica dose: "Quando eles batem à séria, cuidado! Uma cliente não morreu por pouco."

No princípio, é a violência. Mas as guerras conjugais arrastam os filhos. "As queixas de maus-tratos sempre foram o principal recurso de muitas mulheres na luta pela custódia das crianças. Na maioria são falsas, mas em certos estratos sociais é um modo de vida. É triste dizê-lo, mas é verdade", assume a advogada. No passado, "os homens evitavam pagar a pensão de alimentos. Hoje é diferente: querem mesmo os filhos. Da geração dos 40 para baixo, e já lidei com centenas de casos, raramente aparece um que não queira. Na maioria dos casos vamos a tribunal porque as mães rejeitam esse papel", explica Eduarda.

A psicóloga Mónica Botelho costuma usar um pleonasma quando lhe chegam histórias *hardcore*: "Às vezes, os tribunais só tiram a criança à mãe depois de ela a matar." A advogada lisboeta, no entanto, não teme as decisões judiciais. "Os homens têm uma batalha mais dura pela frente quando precisam de provar que são vítimas de violência doméstica ou lutam pelos filhos, mas os juízes estão cada vez mais preparados para decidir com equilíbrio e sem preconceitos. Sinto isso na Grande Lisboa e já ganhei um caso no Porto."

Em 2010, o GEAV iniciou estudos sobre os discursos e decisões judiciais na regulação das responsabilidades parentais. Magistrados revelaram posições tradicionais, estereotipadas e discriminatórias a favor das mães e suas "aptidões inatas", passíveis de "comprometer o verdadeiro interesse dos menores e o princípio da igualdade de género". Seis anos depois, e com perto de 500 sentenças analisadas, "estamos ainda longe da igualdade, mas a evoluir. Há

juízes mais resistentes à mudança no Interior Norte, mas os homens já começam a ser vistos como opção de igual valor em relação aos filhos", refere Celina Manita.

No Tribunal de Família e Menores de Sintra mora um juiz tido como modelo nestas matérias. Ou será que se limitou a ler os sinais do tempo? Detentor de elevadas taxas de acordos entre casais desavindos, Joaquim Manuel Silva é uma espécie de secretário-geral da ONU em versão de trazer por casa, sempre a tentar acender uma luz para os filhos. "Já se deram alguns passos, mas as crianças ainda não têm o mesmo direito a ter pai e mãe", sustenta. A mulher, admite, ainda tem a primazia da guarda na maioria das decisões, mas este juiz coloca os progenitores em igualdade: "A ausência do pai tem reflexos preocupantes no crescimento das crianças. Os filhos que têm um pai em permanência na sua vida revelam níveis superiores de desenvolvimento mental e de linguagem", explica. Por outro lado, "não se pode culpabilizar as mulheres. São escravizadas pela realidade cultural e os estereótipos. Quanto mais os homens dividirem tarefas e possam ir levar ou buscar os filhos à escola, mais a mulher estará liberta para assumir outro papel na sociedade", crê.

ALGO MUDOU NAS RELAÇÕES CONJUGAIS?

Num inquérito de 2014 do Observatório das Famílias e das Políticas de Família, 82,1% dos portugueses destacaram os "efeitos positivos" do uso das licenças parentais por parte dos homens na vida do casal. Em oito anos, segundo a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, o pedido de licença exclusiva por parte dos pais aumentou cerca de 20 por cento. O tema é caro para a Associação Para a Igualdade Parental (APIP), nascida para dar voz "a pais, mães e avós". Com mais de 200 sócios, a instituição "ajuda quem não sabe gerir conflitos", mas foi-lhe negado assento no conselho consultivo da CIG e o estatuto de utilidade pública. "Não formatamos objetivos em função das questões de género, pois o problema é de saúde pública e de direitos humanos. Por isso recebemos zero, enquanto outras organizações vão buscar milhões ao Estado e aos programas europeus." O presidente Ricardo Simões assume haver, nas ações da APIP, uma atenção especial: "O sistema não considera os homens alvos vulneráveis. Todo o discurso social e os financiamentos estão centrados no género e não nas vítimas", acusa. A associação mobiliza grupos de ajuda mútua em Lisboa, Santarém, Almada, Porto, Leiria, Évora e Santa Maria

DENÚNCIAS FALSAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE ABUSO SEXUAL SÃO A ARMA MAIS UTILIZADA NA GUERRA PELOS FILHOS, APONTAM PROFISSIONAIS DE SAÚDE, TÉCNICOS E INVESTIGADORES

da Feira. As denúncias de abuso sexual e de violência doméstica ocupam parte das preocupações, "sobretudo quando servem para afastar os filhos do convívio com um dos progenitores a partir de alegações falsas. Agora até aparecem queixas cruzadas", assegura Ricardo Simões.

Em setembro, no congresso da Ordem dos Psicólogos, no Porto, José Manuel Brites saudou a abertura de uma casa-abrigo para homens maltratados. O psicólogo comentava resultados preliminares de um estudo sobre violência psicológica do Instituto Manuel Teixeira Gomes (Lusófono) num estilo humorado e provocador quando lhe saiu esta frase: "Quanto ao mito de que a mulher não é agressora, pá, esqueçam isso!" Mantendo o tom, gracejou com a violência exercida pelas mulheres "quando um homem não faz a cama". O comentário, entre outros, valeu-lhe um sururu na sala por causa de "sexismo". Mais a sério, reconheceu à VISÃO não estarmos ainda preparados para aceitar a violência no feminino. "O ruído social seria grande." Contudo, crê, "nem de perto nem de longe teremos igualdade de género nestas questões. O homem, até pelas suas características, será sempre mais agressor. É tontice pensar que as estatísticas dirão o contrário."

No mesmo congresso, Andreia Machado e Marlene Matos também apresentaram os resultados do seu estudo sobre homens violentados – sem polémicas nem indignações na audiência. Numa das páginas, porém, a epígrafe de Mark Twain parecia, naquele momento, mais provocadora do que nunca: "O que nos causa problemas não é o que não sabemos. É o que temos certeza que sabemos e que, no final, não é verdade." ■■ mbcavalho@visao.imprensa.pt



Sofia Arruda foi vítima de violência

Sofia Arruda confessou já ter sido vítima de violência no namoro, durante a sua adolescência, num vídeo que a atriz, de 28 anos, partilhou no YouTube, com o objetivo de sensibilizar o público para este assunto.

«Na altura não me passou pela cabeça que fosse violência. Na adolescência, tive um namorado que morria de ciúmes. Os ciúmes eram desculpa para tudo. Nunca me levantou a mão mas praticou violência psicológica contra mim. Ele fazia-me sentir mal com a forma como eu me vestia. Gente, acreditem que eu não ia nua para a rua. Dominou completamente a minha cabeça e eu só vestia aquilo que ele queria. Mas isto cabe na cabeça de alguém? Não. Não permitam isto», comenta Sofia Arruda.

O vídeo foi feito para «alertar os jovens» de forma a não permitirem este tipo de violência nem a praticá-lo. «Às vezes, pensamos que violência no namoro é uma coisa

física. Não é só isso. Pode ser só um agarrar, ou o facto de a outra pessoa vos manipular e obrigar a fazer algo que não querem. Isso é violência. Não podem deixar que alguém seja dono de vós próprios, sejam homens ou mulheres», afirma a jovem, aconselhando os seus seguidores a visitar o site da APAV [Associação Portuguesa de Apoio à Vítima] para jovens ou até a contactá-la, caso queiram falar sobre o assunto.

O vídeo já soma mais de 25 mil visualizações e reuniu outras jovens que, além de agradecerem a coragem da atriz em admitir o passado, reconhecem já ter passado pelo mesmo. **JM**

Sofia Arruda fez um vídeo de alerta para a violência no namoro, admitindo que tal lhe tinha acontecido.



APAV defende plano para garantir direitos efetivos às vítimas de crime

No manifesto, divulgado no site da APAV, a associação defende que "é essencial a criação de um plano de ação que seja verdadeiramente monitorizado, fiscalizado e acompanhado, e que contenha medidas concretas"

2016-11-21 17:37 Redação / STS

LEIA TAMBÉM

MH370: familiares das vítimas vão procurar destroços do avião em África

Hoje às 08:03

PSP sensibiliza população para o crime de violência doméstica

Hoje às 07:18

Condenado a oito anos por tentar matar mulher que conheceu no Facebook

17 nov, 18:53

Mataram e dissolveram corpo em 500 litros de ácido sulfúrico

17 nov, 17:20

Mais dois apanhados por roubarem professora em casa

17 nov, 16:15



Jovem queimada depois de ter rejeitado um rapaz. [Foto: reprodução Luo Yang / Via weibo]



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defende a criação de um plano integrado para garantir "direitos efetivos" às vítimas de crime em Portugal, num manifesto que entregou a todos os grupos parlamentares.

"É essencial encontrar uma nova resposta para garantir" os direitos destas vítimas, refere a APAV, que se reuniu com todos os partidos com assento parlamentar para fazer o "ponto da situação dos direitos das vítimas em Portugal" e apresentar o Manifesto Para um Plano dos Direitos das Vítimas de Crime em Portugal.

No manifesto, divulgado no site da APAV, a associação defende que "é essencial a criação de um plano de ação que seja verdadeiramente monitorizado, fiscalizado e acompanhado, e que contenha medidas concretas com dotação financeira apropriada que permita a sua real implementação".

Para a associação, é necessário um plano que, aproveitando as estruturas existentes, em articulação, "e com um investimento adequado, se altere por completo, para garantir os direitos, da proteção e do apoio às vítimas".

Continuar a ler

TEMAS: [APAV](#) [VÍTIMAS](#) [CRIME](#)

tvplayer

ÚLTIMO PROGRAMA TVI24

Hoje NOTÍCIAS HOJE REAL MADRID 00:54:18

Notícias 17H FRANÇA: DETIDOS SETE HOMENS EM OPEX

Todos os programas da TVI24

ContasConnosco

by Cofidis

TAXAS EURIBOR DECEM PARA VALORES MÍNIMOS

ÚLTIMAS

- Há 8 min **Desporto**
Nuno: «Fundamental é trabalhar sobre o erro que podemos controlar»
- Há 12 min **Internacional**
Ela captou-lhes a beleza, sem artifícios e sem Photoshop
- Há 13 min **Política**
CDS preocupado com atrasos nos subsídios de parentalidade
- Há 14 min **Desporto**
Nuno: «Sentimento de revolta não pode cegar-nos»
- Há 18 min **Sociedade**
GNR deteve quadrilha suspeita de assaltos a máquinas de tabaco em Aveiro
- Há 19 min **Sociedade**
Ministro considera "legítimas"

**Manifesto****APAV quer plano
para garantir direitos
às vítimas de crime**

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima defende a criação de um plano integrado para garantir “direitos efectivos” às vítimas de crime em Portugal num manifesto que entregou aos grupos parlamentares. A associação defende que “é essencial a criação de um plano de acção que seja verdadeiramente monitorizado, fiscalizado e que contenha medidas concretas com dotação financeira”.



APAV reclama direitos efetivos para as vítimas de crime

● A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima defende que «é essencial encontrar uma nova resposta para garantir os direitos» das vítimas de crime. No Manifesto Para um Plano dos Direitos das Vítimas de Crime em Portugal,

a organização propõe «a criação de um plano de ação que seja verdadeiramente monitorizado, fiscalizado e acompanhado, e que contenha medidas concretas com dotação financeira apropriada que permita a sua real implementação».

Vítimas de coação sexual e mutilação deixam de pagar para ir a tribunal

Justiça. Governo concorda com Bloco de Esquerda e aceitou alargar lista de crimes em que as vítimas estão isentas de pagar as custas processuais para além da violência doméstica, da violação e do tráfico de seres humanos

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

Todas as vítimas de coação sexual, mutilação genital feminina, violação, escravidão e tráfico de seres humanos vão deixar de pagar para ir a tribunal. Até aqui a isenção relativa a vítimas abrangia apenas os casos de violência doméstica (ver tabela ao lado).

"No Orçamento para o próximo ano, o governo entendeu que deveria alargar esta isenção às vítimas de escravidão, tráfico de pessoas e violação. O Ministério da Justiça aceitou ainda a proposta do Bloco de Esquerda de incluir neste grupo as vítimas de coação sexual e mutilação genital feminina", segundo fonte oficial do gabinete de Francisca van Dunem adiantou ao DN.

Uma medida que pode vir a reforçar a tendência registada desde 2012, em que o valor recebido pelo Estado em custas judiciais – que incluiu as taxas de justiça cobradas aos cidadãos – desceu. Apenas no ano passado (comparando os valores de 2014 para 2015) é que se verificou um aumento de 40 milhões nos cofres do Estado, segundo dados da Direção-Geral de Política de Justiça (DGJPJ). Feitas as contas, em 2014 o Estado recebeu menos 25 milhões de euros em custas (197 milhões de euros) face ao ano anterior (222 milhões). E de 2012 para 2013 "perdeu" 15 milhões. Apesar destes números, no ano passado essa tendência inverteu-se e o Estado recebeu cerca de 237 milhões de euros: mais 40 milhões do que no ano anterior.

As chamadas custas judiciais não incluem apenas o montante pago pelo serviço prestado com o funcionamento do tribunal (taxas de justiça), mas também: os reembolsos para cobrir os pagamentos de despesas antecipadas pelo tribunal, os juros por atraso no pagamento dos encargos com o processo por parte dos cidadãos, o valor pago à parte vencedora pela parte que perdeu a ação e as receitas de honorários com advogados, por exemplo.

Assim, o governo justifica esta medida entendendo ser fundamental "discriminar positivamente as vítimas destes crimes, que são altamente lesivos da dignidade humana e dos direitos humanos, com



MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Médicos e enfermeiros nas prisões

PARLAMENTO A ministra da Justiça, Francisca van Dunem, anunciou na semana passada na Assembleia da República o reforço dos cuidados médicos a reclusos com doenças infecciosas através da contratação de 27 médicos e 56 enfermeiros. A proposta de orçamento de 2017 já contempla esta contratação e a ministra espera a autorização do Ministério das Finanças para avançar com o plano que nasce de um protocolo com o Ministério da Saúde. Para isso foi criado um grupo de trabalho de forma a ser feita uma "avaliação das necessidades adequadas de recursos humanos por estabelecimento prisional e centro educativo, em especial na área clínica e de enfermagem", segundo explicou ao DN fonte do MJ na altura.

ISENÇÕES

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

As vítimas de maus-tratos ficam isentas do pagamento de custas judiciais nos processos penais em que intervenham.

GOVERNO

Os membros do governo, os eleitos locais, os diretores-gerais, os secretários-gerais, os inspetores-gerais e os dirigentes e funcionários, agentes e trabalhadores do Estado.

SEGURANÇA

Agentes das forças e serviços de segurança em processo penal por ofensa sofrida no exercício das suas funções.

APOIO JUDICIÁRIO

Arguidos detidos com insuficiência económica no âmbito do regime do acesso ao direito.

consequências que prevalecem no tempo e que atingem sobretudo pessoas em situação de grande desproteção". Do ponto de vista da receita, prevê-se neste Orçamento de Estado que o Ministério da Justiça cobre no ano de 2017 só em taxas de justiça 108 milhões de euros, mais três milhões em relação ao orçamentado em 2016.

"Parece-me óbvio a isenção ser alargada, embora ainda limitada. A verdade é que as custas judiciais estão demasiado altas", explica Fernando Jorge, presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais ao DN. "E esse valor alto acaba por condicionar o acesso aos tribunais por parte dos cidadãos." Diamantino Pereira, também representante dos funcionários judiciais – que diariamente fazem a ponte entre os tribunais e os cidadãos –, também admite que a isenção "deveria ser mais alargada". Exemplifica: "Basta ver o caso de um pai e de uma mãe que querem entregar um acordo de regulação de poder paternal

e em que basta uma homologação do juiz (porque é de comum acordo) e têm de pagar, cada um, 306 euros num total de 612 euros em custas", diz a mesma fonte.

VALOR

237

milhões de euros em 2015

Segundo a Direção-Geral da Política de Justiça, foram mais 40 milhões de euros arrecadados em custas judiciais face ao ano anterior.

197

milhões de euros em 2014

Já em 2014 foram menos de 200 milhões de euros que chegaram aos cofres do Estado. No ano anterior tinham sido registados 222 milhões.

Em fevereiro de 2012 foi revisto o Regulamento das Custas Processuais (RCP), que passou a prever que a quantia cobrada pelo Estado em sede de custas seja calculada em função do valor da causa. Quer isto dizer que, se estiver a ser decidido em tribunal um pedido de indemnização cível de 200 mil euros, é desse valor-base que os tribunais calculam a taxa de justiça, independentemente dos meios ou do tempo despendidos em concreto. Outra das alterações prende-se com o facto de as taxas em excesso deixarem de ser devolvidas. Até aqui, as partes envolvidas numa ação pagavam um valor no início do processo que, caso não tivesse sido todo gasto em despesas, era-lhes entregue.

Atualmente, se um cidadão pretender pedir um recurso ao Tribunal da Relação, por exemplo, paga entre 306 e 612 euros. Pedir uma indemnização num tribunal até dois mil euros custará cerca de 102 euros aos cidadãos.



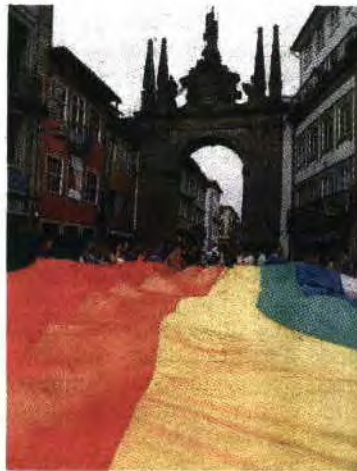
Associações LGBT têm apoio contra violência

DISCRIMINAÇÃO Três associações de apoio à população LGBT (lésbica, gay, bissexual e transgénero) vão receber financiamento do Estado para apoiar vítimas de violência, de crimes de ódio, de bullying ou de discriminação. A ILGA e a Casa Qui, em Lisboa, e a Associação Plano i, em Matosinhos, assinam hoje cartas de compromisso com a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade.

As associações vão criar ou reforçar equipas para acompanhar vítimas de violência. Em Matosinhos, nas antigas instalações da câmara, a Plano i terá uma equipa para dar apoio psicológico, social e jurídico a pessoas vulneráveis devido à sua orientação sexual e identidade de género. "A partir de dezembro, vamos ter uma equipa multidisciplinar, que poderá articular a nossa resposta com outras entidades", disse a presidente Sofia Neves. Será o Centro Gis, em homenagem a Gisberta, a transexual assassinada em 2006, no Porto.

Em Lisboa, a ILGA já tem um espaço e uma linha telefónica, através dos quais encaminha as pessoas para organizações como a Associação de Apoio à Vítima (APAV). Ana Aresta, vice-presidente, explicou que será criado um serviço de apoio, com técnicos capazes de apoiar a população LGBT. "Houve um avanço significativo na lei, mas a sociedade tem um claro problema de discriminação", lamenta. A ILGA quer ainda criar um fórum onde técnicos possam adquirir competências para trabalhar com as questões específicas deste público.

Também em Lisboa, a Casa Qui vai dedicar-se a jovens entre os 16 e os 30, e a situações específicas de abuso, como violência no namoro, explicou a diretora executiva Rita Paulos. "Queremos que nos peçam ajuda sem medo", afirmou.



30% das agressões são reincidentes, como bullying e violência doméstica

Os acordos serão anuais, renováveis e cada associação vai receber 37 mil euros, adiantou a secretária de Estado Catarina Marcelino. "Não se trata de um projeto piloto, entendemos que a população LGBT vítima de violência e discriminação deve ter uma resposta apropriada", afirmou.

Em 2015, a ILGA recebeu 158 denúncias de crimes ou incidentes de violência. Um quinto das vítimas tem menos de 18 anos, A.F.

reação :



Sabemos que 85% das vítimas de violência são mulheres, mas o público LGBT deve ter uma resposta especializada"

Catarina Marcelino

Sec. Estado Cidadania e a Igualdade



APAV Alargar isenção a mais vítimas

● A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) elogiou a intenção do Governo de alargar a isenção do pagamento de custos judiciais a mais vítimas de crime, além da violência doméstica (mutilação genital feminina, escravidão, tráfico de pessoas, coação sexual e violação). Defende que devia incluir vítimas de criminalidade violenta.



APAV a favor de mais isenção de custas

● A APAV considera uma «ótima notícia» a intenção do Governo de alargar a isenção do pagamento de custas judiciais a mais vítimas de crime, além da violência doméstica, mas defende que devia abranger outras vítimas de criminalidade violenta. João Lázaro, presidente da associação, explica que não se trata de alargar a medida de forma indiscriminada, mas de definir uma visão integrada das condições de acesso.

CUSTAS JUDICIAIS

Vítimas isentas de taxas

■ No Orçamento de 2017 o Governo vai alargar a isenção de taxas de justiça às vítimas dos crimes de violação, coação sexual, escravidão, tráfico de pessoas e mutilação genital feminina.

A proposta partiu do Bloco de Esquerda e é do agrado do Ministério da Justiça.

A medida não é inovadora, porque a isenção de taxas já abrangia as vítimas de violência doméstica, mas vão ser agora acrescentados mais beneficiários, como propôs o BE.

João Lázaro, presidente da APAV, considera que esta é uma “ótima notícia”, mas questiona “se a medida não deve ser alargada a todas as vítimas de crimes que, segundo a legislação, sejam considerados de criminalidade violenta”. ● LUSA



TARSO PEREIRA/LUSA

Ministra satisfeita com medida



Exposição “Dar Voz aos Silêncios”

A EXPOSIÇÃO “Dar Voz aos Silêncios” vai estar aberta ao público a partir da próxima sexta-feira, na Biblioteca Municipal de Águeda. “Pretende-se, assim, alertar a população para o flagelo da Violência Doméstica e para a necessidade de se intervir atempadamente”, bastando para tal contactar a Equipa do

Escutar Silêncios (Centro de Saúde de Águeda – telf:234610210) para dar encaminhamento e apoio aos casos sinalizados.

A exposição decorre no âmbito do projeto “Escutar Silêncios- Rede Local contra a Violência Doméstica”, com sede no Centro de Saúde de Águeda, que recentemente formalizou um protocolo

com cerca de 18 entidades concelhias e distritais de modo a “tornar mais consistente e eficaz o trabalho de intervenção e articulação no âmbito desta problemática no concelho”. Decorre ainda a propósito das comemorações do dia 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, tendo

a colaboração da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e da Câmara Municipal de Águeda.

Simultaneamente serão realizadas pequenas exposições itinerantes que levarão às diferentes unidades de saúde e entidades parceiras este mesmo apelo, divulgando, simultaneamente, a existência deste projeto local contra a violência doméstica.



Sessão sobre violência contra pessoa idosa

O Centro de Recursos Comunitário da Misericórdia das Caldas da Rainha vai realizar, em parceria com o Gabinete de Apoio à Vitima de Violência Doméstica das Caldas da Rainha, uma sessão de partilha de boas práticas para instituições e comunidade em geral, subordinada ao tema "Violência contra a pessoa idosa", a decorrer no auditório da Biblioteca Municipi-

pal das Caldas da Rainha.

Estão confirmadas as presenças da GNR, PSP e da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O evento tem lugar no dia 29 de novembro, pelas 14h.

As inscrições são gratuitas, mas necessárias e deverão ser feitas até dia 25 de novembro, pelo tel. 262094146.



Maioria das denúncias entre 2013 e 2015 pertenceu a mulheres jovens

APAV com 49 queixas de violência por dia



Entre 2013 e 2015, 85% do total das vítimas apoiadas eram mulheres.

MAUS TRATOS

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebeu uma média diária de 49 queixas de violência doméstica.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebeu uma média de 49 queixas de violência doméstica por dia, entre 2013 e 2015, a maioria feita por mulheres jovens envolvidas em relações muito violentas, segundo dados ontem divulgados.

Neste período, a APAV registou 22.387 processos de apoio a vítimas de violência doméstica, que se traduziram em 54.031 factos criminosos, referem os dados estatísticos reunidos pela associação para assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que se assinala hoje.

Do total das vítimas apoiadas, 19.132 (85,46%) eram mulheres e 3.141 (14,03%) homens, adiantam os dados, precisando que, em 2013, foram ajudadas 7.271

vítimas, em 2014, 7.238, e em 2015, 7.878.

Analisando os dados, Daniel Cotrim, assessor técnico da direção da APAV, afirmou que são «números elevados», mas que estão em linha de conta com os dados dos últimos anos da violência doméstica em Portugal.

Estes dados permitem dizer que «as pessoas estão mais sensibilizadas para a denúncia» e que as campanhas de sensibilização têm surtido efeito.

Contudo, sublinhou Daniel Cotrim, «apesar de não haver grandes oscilações nos números (...) também não podemos pensar que a violência doméstica está a diminuir, pelo contrário».

A maior parte das mulheres que pediu ajuda tinha entre 26 e 55 anos (39%), um perfil que se alterou nos últimos 20 anos. **JM**

APAV

49 vítimas de violência doméstica

Entre 2013 e 2015, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebeu uma média de 49 queixas por violência doméstica. A maioria das vítimas são mulheres jovens envolvidas em relações amorosas muito violentas, diz a associação.

Os tribunais proibiram em 2016 o contacto com vítimas de violência doméstica a 423 agressores e existem atualmente 505 pessoas monitorizadas por geolocalização.





ID: 67110773

27-11-2016

CRIMINALIDADE



87 mulheres violadas desde o início do ano

NÚMEROS ➤ PSP registou 61 crimes até este mês e a GNR contabilizou mais 26 entre janeiro e junho
VIOLÊNCIA ➤ PJ investiga caso de mulher que foi brutalmente atacada ontem em Santarém

MAGALI PINTO

Desde o início do ano já foram violadas pelo menos 87 mulheres em Portugal. As vítimas têm entre 18 e 78 anos. Os dados são da PSP e da GNR, que acompanharam 61 e 26 vítimas, respetivamente.

Mas em termos gerais, o número de vítimas de crimes sexuais – como abusos, coação sexual, lenocínio e crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual – é muito maior.

De janeiro a junho, a GNR registou 174 vítimas de abuso sexual e a PSP, de janeiro a novembro, 414 vítimas. Quer isto dizer que, no total, desde o início do ano, já foram atacadas

675 mulheres, mais do que uma mulher por dia.

Daniel Cotrim, da Associação de Apoio à Vítima, considera que os números, apesar de tudo, mostram “uma tendência de aumento de denúncia relativa a um crime que causa muita vergonha às vítimas” (ver discurso direto).

MULHER FOI ENCONTRADA DESPIDA E FERIDA DENTRO DO PRÓPRIO CARRO

Ainda ontem as autoridades registaram um novo crime sexual, na zona de Santarém. A vítima, com cerca de 30 anos, foi encontrada no banco traseiro do próprio carro, ensanguentada e com as calças e roupa interior rasgadas. Aos agentes e inspetores da Polícia Judiciária a mulher garantiu que se recordava apenas do

SAIBA MAIS

10

anos é o tecto máximo da pena aplicada pelo crime de violação. Segundo o Código Penal, quem praticar este crime está sujeito a uma pena de prisão efetiva que vai desde os três aos dez anos.

53 violadores caçados

No aniversário da Polícia Judiciária, no mês passado, o diretor Almeida Rodrigues referiu que num ano (entre outubro de 2015 e outubro deste ano) foram detidos 53 violadores. A maior parte dos predadores ficou em prisão preventiva após ter sido presente a um juiz.

momento em que se preparava para entrar no carro, ontem de madrugada.

Acordou no veículo, pelas 07h00, com vários ferimentos no corpo, em especial no rosto. Pediu ajuda a populares e foi levada para o Hospital de Santarém. Acabou por ser transferida pelos Bombeiros de Pernes, ao final da manhã, para o Hospital de Santa Maria, em Lisboa, para a realização de exames e perícias no Instituto de Medicina Legal com vista a apurar se foi mesmo vítima de violação. O CM sabe que o carro da mulher já foi analisado para ver se foram deixadas impressões digitais que possam levar à identificação do agressor. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO

DISCURSO DIRETO

Daniel Cotrim
Assoc. Portuguesa
de Apoio à Vítima

“É DIFÍCIL DENUNCIAR ESTE CRIME”

CM – Que análise faz do número de mulheres violadas este ano?

Daniel Cotrim – Os números, apesar de tudo, mostram uma tendência de aumento na denúncia do crime de violação. É difícil denunciar uma violação, uma vez que é um crime que causa muita vergonha às vítimas.

– As idades das vítimas variam entre os 18 e os 78 anos. O intervalo é grande.

– É. E mostra que este crime é transversal a todas as mulheres e a todas as idades.

Algumas são também vítimas de violência doméstica.

– Este crime tem de ser denunciado.

– Sem dúvida. As mulheres vítimas de violação têm de ter noção de que têm direitos. ●



Vítima de abuso sexual aos 94 anos

Os dados fornecidos pela PSP referem que a vítima mais velha dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual tem 94 anos. No entanto, a Polícia não especifica onde foi praticado este crime para proteção da mulher que fez a denúncia. A maior parte das vítimas – 266 em 414 – tem entre 18 e 40 anos, segundo dados da PSP. ●



NÚMEROS DA PSP E GNR

**87 MULHERES
VIOLADAS
DESDE INÍCIO
DO ANO**

P.12



ID: 67111197

27-11-2016

MINISTÉRIO PÚBLICO

Mais acusações por violência doméstica

BALANÇO ➤ Aumento entre o ano judicial de 2014/15 e o de 2015/16

JOÃO MIRA GODINHO

O número de acusações por violência doméstica, deduzidas pelo Ministério Público (MP), aumentou 19 por cento entre o ano judicial de 2014/15 e o de 2015/16. Isto apesar de o número de inquéritos iniciados ter descido (6%).

De acordo com os dados revelados pela Procuradoria de Faro, por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres - 25 de novembro - em 2015/2016 foram deduzidas 210 acusações, enquanto no ano judi-

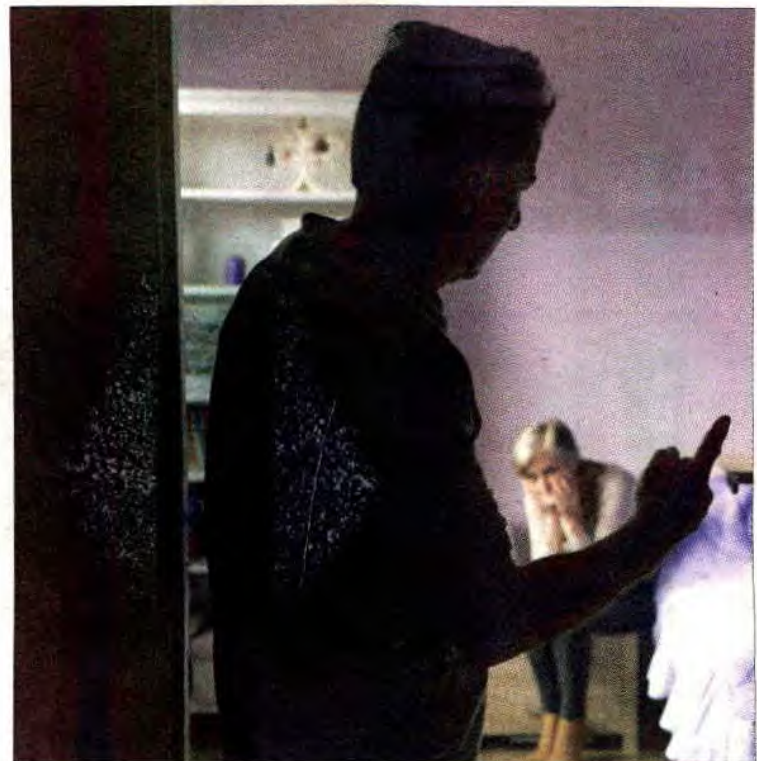
PORMENORES

Maior percentagem

Um maior número de acusações deduzidas, face a um menor número de inquéritos iniciados, significa que o MP investigou menos situações mas que houve uma maior percentagem que acabou com queixa em tribunal contra o agressor.

Suspensão provisória

A suspensão provisória do processo pode aplicar-se, quando é encontrada uma solução de consenso entre as duas partes envolvidas, e desde que não exista uma condenação anterior do agressor por um crime semelhante.



Maior percentagem de inquéritos de violência doméstica resultou em acusação

cial anterior, tinham sido 183. Por outro lado, o número de inquéritos iniciados foi de 1451, no ano judicial de 2015/2016, quando tinha sido de 1537, em 2014/2015, (**ver pormenores**).

A Procuradoria de Faro adian-

ta, ainda, que o número de suspensões provisórias de processos passou de 120, em 2014/15, para 128, em 2015/16. O número corresponde "a mais de metade do número de acusações deduzidas", destaca. ●



Nova campanha contra a violência pretende sensibilizar a comunidade



Acção percorreu, na passada sexta-feira, as ruas de Leiria para alertar para a violência

PALESTRA "Envolver cada vez mais a comunidade" e, em simultâneo, "penalizar socialmente as pessoas agressoras" são os objectivos da mais recente campanha lançada pela Secretaria de Estado para a Igualdade e à qual a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) se associa.

No Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, assinalado na última sexta-feira, a mesma campanha serviu de 'pano de fundo' para uma palestra organizada em Leiria, que contou com a intervenção da procuradora coordenadora do De-

partamento de Investigação e Acção Penal de Leiria, Ana Simões.

A campanha tem como mote 'O pingo da torneira Incomoda. E a violência na casa do lado?', o que, segundo a associação de desenvolvimento e apoio às mulheres, Mulher Séc. XXI pretende "envolver a comunidade a sensibilizá-la", já que os agressores, normalmente, são "manipuladores".

"Temos que ter tolerância zero nestas situações", mencionou ainda a associação, durante a iniciativa, que começou com uma acção pelas ruas de Leiria. ◀



**leitores
em direto**



Bullying na internet

Em 2014, a nossa leitora Teresa, de 23 anos, viveu uma experiência psicologicamente traumatizante. Um grupo de conhecidos, entre os quais amigos e ex-namorados, entrou na sua página de Facebook na qual deixavam, e trocavam entre si, mensagens vexatórias. Quando as ofensas começaram assumir contornos de ameaça, Teresa decidiu recorrer à Associação de Apoio à Vítima (APAV). Eliminou aquelas pessoas da sua página de Facebook e deixou de responder aos comentários. Teresa reconhece que o apoio prestado foi fundamental para ultrapassar a situação.

Infelizmente, estas situações são mais frequentes do que se possa imaginar. Por isso, se também for vítima de cyberbullying tome algumas medidas. Por exemplo, não apague os e-mails, as mensagens do telemóvel ou as páginas online. Estes podem servir de prova, caso apresente queixa. Caso o cyberbullying aconteça com crianças ou jovens, envolva a família e a escola.

Se o problema se tornar grave, como sucedeu com a nossa leitora, procure ajuda de organizações de apoio à vítima. Apresente ainda queixa na polícia com base em difamação ou em maus-tratos, já que em Portugal não existe um regime jurídico próprio para cyberbullying.

Por outro lado, é importante que tanto a vítima como o agressor tenham acompanhamento psicológico. No caso dos estudantes, se a escola tiver um psicólogo, pode ser uma solução. Em alternativa, peça ajuda ao médico de família para obter esse apoio através do Serviço Nacional de Saúde.

[Salas de Cinema](#) ▼[Filmes em Exibição](#) ▼[Localidade](#) ▼[Sessões](#)

Miss Violence

Título original: Miss Violence

De: [Alexandros Avranas](#)

Com: [Themis Panou](#), [Reni Pittaki](#), [Eleni Roussinou](#)

Género: Drama

Classificação: M/16

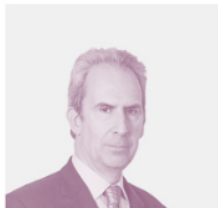
Outros dados: GRE, 2013, Cores, 98 min.

A vida em casa de Aggeliki é perfeita e organizada. Ali, tudo está planeado ao milímetro e nada parece falhar. Até que, no exacto dia do seu 11.º aniversário, a menina cai da varanda de casa. Quando é encontrada, já morta, tem um sorriso no rosto. A polícia e os serviços sociais são chamados a avaliar o que terá acontecido. A família, que não admite a hipótese de suicídio, afirma que se tratou de um acidente e tenta avançar o melhor possível. Tudo parece acontecer como habitualmente até, numa conversa com a polícia, o mais pequeno da família revelar pistas sobre um facto horrível que, durante anos todos têm mantido em segredo...

Um filme dramático sobre repressão e violência que esteve em competição na 70.ª edição do Festival de Cinema de Veneza, onde Alexandros Avranas recebeu o Leão de Prata para Melhor Realizador e Themis Panou o prémio de Melhor Actor.

A estreia de "Miss Violence" é feita pela Legendmain Filmes em parceria com a APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, no âmbito do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres (assinalado no dia 25 de Novembro) e com o apoio de várias instituições públicas – tais como a CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género ou o Núcleo para a Igualdade do Departamento para os Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa – e associações privadas como a Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento.

Diário de Notícias



Encenando a violência doméstica

João Lopes

A estreia portuguesa do filme grego *Miss Violence*, realizado por Alexandros Avranas, ocorreu em Portugal com o apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (apav.pt), no âmbito do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de nov.). É bem verdade que os filmes (melhores ou piores) não existem como mera ilustração de campanhas sociais, mesmo as mais significativas e urgentes (como é o caso). Ainda assim, há situações em que a linguagem específica do cinema pode acompanhar e, de algum modo, reforçar discursos de sensibilização e esclarecimento cuja importância não será necessário sublinhar.

O que surpreende no trabalho de Avranas (também coargumentista) é o seu intransigente realismo. Não se trata de instrumentalizar as personagens para, a partir das suas relações, definir um quadro "abstrato" sobre a violência doméstica. *Miss Violence* define-se através de uma paciente atenção ao detalhe, numa encenação tanto mais perturbante quanto tudo acontece num universo familiar dominado pelo culto das mais harmoniosas aparências.

Tudo começa com o suicídio de uma menina de 11 anos, facto tanto mais bizarro quanto não parece haver notas dissonantes na sua família liderada por um pai de exemplar dedicação. A pouco e pouco, aquela realidade tão estável, dir-se-ia mesmo inerte, vai revelando as suas fissuras: primeiro, porque o pai é, de facto, um proxeneta que utiliza as jovens da família (a que se suicida escolheu a morte para não entrar no seu circuito de prostituição); depois, porque o medo instalado é vivido através de uma imagem de asséptica felicidade.

No plano cinematográfico, estamos perante mais um caso emblemático de uma tendência que temos podido detetar nas mais diversas cinematografias, em especial no contexto europeu. A saber: as formas correntes de "naturalismo" televisivo, não poucas vezes demagógicas e pesadamente moralistas, deram origem a um renascimento realista que começa, justamente, na metódica atenção às convulsões dos espaços familiares.

Não é fácil assumir tal propósito cinematográfico e narrativo. Desde logo porque há um agressivo imaginário televisivo em que a percepção da família oscila entre dois extremos: de um lado, a idealização pueril das relações familiares; do outro, uma criminologia histórica gerida por matrizes de espetáculo banalmente especulativas. O que encontramos num filme como *Miss Violence* é, antes de tudo o mais, a capacidade de escapar a tais dicotomias, refazendo o real através da sua infinita pluralidade de personagens, comportamentos, etc.

Que a estreia de um filme como *Miss Violence* esteja longe de gerar qualquer significativa atenção mediática, eis o que diz bem dos limites de muitos discursos "panfletários" que dominam a percepção dos dramas sociais. Isto sem esquecer, claro, o menosprezo corrente pelo valor social do cinema.



Concerto Solidário a Favor da APAV em Lisboa a 18 de Novembro

© 08/11/2016 📁 DGS 📍 APAV, Concerto, Concerto Solidário, Lisboa, Novembro, Solidariedade



O Teatro da Trindade INATEL abre portas a um concerto solidário da Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana. Através da música, pretende-se sensibilizar a comunidade para a importância da promoção dos direitos das vítimas, missão que a APAV abraça num caminho que conta já 26 anos de trabalho.

A APAV apoia vítimas de todos os crimes, seus familiares e amigos, de forma gratuita e confidencial, através de uma rede nacional de serviços de apoio. Numa noite que se pretende de sensibilização numa parceria solidária e promotora da missão da APAV: apoiar quem é vítima de crime.

O espectáculo solidário da Banda Sinfónica da GNR terá lugar no dia 18 de Novembro às 21h30.



Concerto sensibiliza a comunidade para a promoção dos direitos das vítimas

📅 13 Novembro, 2016 👤 Tânia Cova 💬 0 Comentários 📍 APAV, Teatro da Trindade INATEL

f 0 t 0 G+ 0 p 0 ✉ 0

O Teatro da Trindade INATEL abre portas a um concerto solidário da Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana. O espectáculo terá lugar no dia 18 de Novembro às 21h30.

“Através da música, pretende-se sensibilizar a comunidade para a importância da promoção dos direitos das vítimas, missão que a APAV abraça num caminho que conta já 26 anos de trabalho.”

A APAV apoia vítimas de todos os crimes, seus familiares e amigos, de forma gratuita e confidencial, através de uma rede nacional de serviços de apoio. Numa noite que se pretende de sensibilização numa parceria solidária e promotora da missão da APAV: apoiar quem é vítima de crime.



‘REBENTA A BOLHA’: A RUBRICA DE CÉSAR MOURÃO AO VIVO

MARIANA GODET x NOV 30, 2016

Rebenta a Bolha, a rubrica de **César Mourão** na *Rádio Comercial*, chega ao palco do Coliseu do Porto, no dia 12 de dezembro, e do Campo Pequeno, no dia 22.

César Mourão rebenta a bolha nas *Manhãs da Comercial* há mais de um ano. Agora, vai rebentá-la em palco, com a presença da equipa das manhãs da Comercial, dos ouvintes, e ainda de convidados especiais por anunciar. Parte da receita da bilheteira deste espetáculo reverte a favor da *Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV*, numa parceria *Rádio Comercial* “Eu Ajudo”.

Além da rubrica radiofónica e espetáculo, *Rebenta a Bolha* já assumiu, em parceria com a Majora, a forma de jogo de cartas. Também existe uma aplicação online, disponível gratuitamente. Encontra-a [aqui](#).

O espetáculo é destinado a maiores de seis anos e tem a duração de 90 minutos. Os bilhetes podem ser comprados nos locais habituais.

Campanha #ésinaldeviolência



© Facebook APAV Campanha #ésinaldeviolência.

A Rádio Comercial, através da sua plataforma solidária [Eu Ajudo](#), associou-se à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) para assinalar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, que se comemora hoje, dia 25 de novembro.

A hashtag #ésinaldeviolência serve de mote a esta ação, que convida todos os portugueses a participarem neste movimento digital, que pretende alertar para o fenómeno da violência contra o sexo feminino.

Como é explicado no vídeo, para participar nesta ação basta seguir três passos. Primeiro, escrever numa folha branca uma frase que indique um sinal de violência, com a hashtag do movimento; de seguida tirar uma fotografia e partilhá-la na sua conta de Instagram, identificando a [página da APAV](#); por fim, convidar todos os amigos a participar também.

Em comunicado, a APAV alerta para a necessidade de não se tolerar qualquer tipo de forma de violência contra as mulheres, recordando ainda que este fenómeno "abrange vítimas de todas as condições e estratos sociais e económicos, sendo também os/as seus/suas agressores/as de diferentes condições e estratos sociais e económicos".

De acordo com dados divulgados pela Associação, entre 2013 e 2015, a [APAV](#) registou mais de 19 mil mulheres vítimas de violência doméstica e, em cerca de 45% das situações, não existia apresentação de queixa criminal.